



RESOLUÇÃO CEPE/UFRR Nº 027, de 08 de dezembro de 2020

Aprova a atualização do PPC do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF), recomenda ao CUNI a aprovação do Regimento Interno e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo em vista o que foi deliberado pelo CEPE durante a reunião ordinária realizada no dia 03 de dezembro de 2020, e considerando o que consta no processo nº 23129.017869/2019-61,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF), conforme expresso no Anexo I, o qual passa a fazer parte dessa Resolução como se nela estivesse escrito.

Art. 2º Recomendar ao Conselho Universitário (CUNI) que aprove o Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF), conforme Anexo II, o qual passa a fazer parte integrante desta Resolução, como se nela estivesse escrito.

Art. 3º Esta resolução entre em vigor na data da sua publicação, revogando todas as disposições contrárias.

SECRETARIA DOS CONSELHOS SUPERIORES, Boa Vista-RR, 08 de dezembro de 2020.

Prof. Dr. José Geraldo Ticianeli

Presidente do Conselho de Ensino,
Pesquisa e Extensão/ CEPE
Siape nº 1299584



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Av. Cap. Ene Garcez, 2413, Bairro Aeroporto, Boa Vista/RR, CEP: 69.304-000
E-mail: secretariadosconselhos@ufr.br
Site: ufr.br/conselhos



ANEXO I

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS MESTRADO
EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS

Boa Vista - Roraima
2020



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Av. Cap. Ene Garcez, 2413, Bairro Aeroporto, Boa Vista/RR, CEP: 69.304-000
E-mail: secretariadosconselhos@ufr.br
Site: ufr.br/conselhos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC):
MESTRADO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS

MESTRADO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS GRANDE
AREA: MULTIDISCIPLINAR
ÁREA DE AVALIAÇÃO: INTERDISCIPLINAR
SUBÁREAS: SOCIAIS E HUMANIDADES
AREA BASICA: SOCIAIS E HUMANIDADES

Boa Vista - Roraima



1. Identificação do curso

O Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) tem como curso de pós-graduação *strito sensu* o Mestrado Acadêmico Sociedade e Fronteiras. A área básica do conhecimento a que se referem as atividades do Programa é a Interdisciplinar (CAInter), sub-área de avaliação Sociais e Humanidades (CAInter II).

O referido mestrado Interdisciplinar contempla as especificidades da Universidade Federal de Roraima (UFRR), quais sejam: uma instituição jovem - criada em 1989 – que conta em seu quadro de docentes, prioritariamente, recém-doutores das mais diversas áreas do conhecimento; uma demanda reprimida de egressos dos cursos de graduação em ciências sociais, com habilitações em sociologia, história, geografia, economia, comunicação social, relações internacionais, administração, direito, entre outros; a proposta interdisciplinar contempla o objetivo de produção do conhecimento teórico e metodológico sobre os fenômenos da e na Amazônia internacional, cuja complexidade requer um diálogo com as mais diversas disciplinas e campo do conhecimento.

2. Infraestrutura administrativa, de ensino e pesquisa

A Universidade Federal de Roraima (UFRR) foi fundada em 1989, após a publicação da Lei nº 7.364/85 do dia 12 de setembro de 1985. No início contou com cinquenta e nove professores, noventa e seis técnico-administrativos, um *campus* com cerca de cinco mil e seiscentos metros quadrados e dois prédios em construção como resultado de doações feitas pelo governo do estado. Dos professores contratados, apenas um possuía o título de doutor. Todos os concursos iniciais foram destinados à candidatos com graduação devido à grande escassez local de profissionais com mestrado e, principalmente, doutorado. Havia como ainda há, os empecilhos promovidos pela distância e certo isolamento geográfico que desestimulavam a vinda ou permanência de pesquisadores para a região. Neste contexto, houve incentivo e investimentos para a capacitação dos professores. O quadro de docentes tem sido constantemente ampliado por meio de concursos públicos.

Há, atualmente, três *campi*: Cauamé, Murupu e Paricarana em que estão distribuídos os edifícios do Centro de Ciências Humanas (CCH), Centro de Educação (CEDUC), Centro de



Ciências Administrativas e Econômicas (CADECON), Centro de Ciências e Tecnologia (CCT), Centro de Estudos de Biodiversidade (CEBio), Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro de Comunicação, Letras e Artes Visuais (CCLA), Centro de Ciências Agrárias (CCA), Instituto Insikiran de Educação Superior Indígena, Instituto de Geociências (IGEO), Instituto de Antropologia (INAN), Colégio de Aplicação (CAp) e Escola Agrotécnica (Eagro).

A UFRR conta, ainda, com a estrutura física do Núcleo Amazônico de Pesquisas em Relações Internacionais (NAPRI), Núcleo de Documentação Histórica (NUDOCHIS), Núcleo de Recursos Naturais (NUREN), Núcleo de Histórico Socioambiental (NUHSA), Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe (NECAR), Núcleo de Estudos de Línguas Estrangeiras (NUCELE), Núcleo Pesquisas Energéticas (NUPENERG), Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia (NUPEPA). Dos referidos núcleos de pesquisa o NAPRI, o NUHSA, o NECAR e o NUPEPA são núcleos com pesquisa na área de Ciências Sociais.

O Centro de Ciências Humanas (CCH) está sediado em prédio próprio onde funcionam os cursos de Ciências Sociais, História e Relações Internacionais. O PPGSOF compartilha as dependências e instalações do CCH.

2.1 Infraestrutura do PPGSOF

Coordenação Administrativa do Programa: funciona em 03 (três) salas. Em uma funciona a sala da Coordenação equipada com 01 (um) microcomputador com acesso à internet, impressora, *scanner*, copiadora. Na outra sala funciona a secretaria administrativa do programa e recepção equipada com 02 (dois) computadores, com acesso à Internet, incluindo impressora a laser, *scanner* e copiadora, telefone, fax. A terceira compõe o arquivo do Programa, com a documentação administrativa.

Sala de estudo dos discentes: Contamos com 01 (uma) sala de estudos para os discentes, climatizada, com 03 (três) computadores, estabilizadores, nobreaks, 01 (uma) impressora e *scanner*; mesa e cadeiras. Os alunos contam ainda com o Laboratório de Informática do CCH, com 24 (vinte e quatro) computadores em rede.

Auditório: O PPGSOF conta com 01 (um) auditório no prédio do CCH, climatizado, medindo 84,90m², com capacidade para 90 (noventa) pessoas, equipado com carteiras universitárias estofadas com pranchetas escamoteáveis; quadro branco, mesa com cadeira; TV, DVD, projetor



multimídia. Nesse auditório realizamos as defesas de dissertação dos mestrandos do Programa e outras manifestações acadêmicas.

Salas de aula: o Programa conta com 01 (uma) sala de aula com capacidade para 25 (vinte e cinco) pessoas, equipadas com carteiras universitárias estofadas com pranchetas flexíveis; quadro branco, mesa com cadeira, central de ar e data show.

3. Caracterização do Programa

A UFRR elaborou e instituiu em 2009 o Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes, PLANFOR (2010-2013) e definiu como um dos objetivos a criação de novos programas de pós-graduação até 2013. Dentre estes, a criação de um curso de pós-graduação na área das Ciências Humanas mostrou-se como dos mais importantes, tendo em vista a demanda e a inexistência de cursos nessa área no estado de Roraima e o baixo número de cursos na área interdisciplinar na região Norte, conforme documento da Comissão de Avaliação da Área Interdisciplinar.

Assim, o Centro de Ciências Humanas, CCH, apresentou o seu Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais com o Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF).

Tal programa tem importância ímpar em discutir questões fundamentais relacionadas à área de Ciências Humanas e Sociais na região Amazônica e, em especial, na tríplice fronteira (República Federativa do Brasil, República Bolivariana da Venezuela e a República Cooperativa da Guiana) em que está localizado, permitindo a capacitação de profissionais para atuarem em campos ainda abertos à importantes pesquisas. Desta forma, possibilita a produção do conhecimento necessário para o enfrentamento de questões latentes nessa região. A formação de recursos humanos qualificados, tanto para a Administração Pública, como para sociedade civil contribui para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, bem como, para a formação de um público que faz uso dos recursos da ciência e dos avanços produtivos gerados visando o desenvolvimento micro- regional, regional e/ou nacional e a disseminação de técnicas e conhecimentos.

Esta iniciativa proporcionou aos egressos da UFRR e de outras instituições de ensino superior no estado e fora dele, inclusive os graduados dos países vizinhos, a continuidade na sua



formação em um campo ainda bastante carente na região. Isto complementa os esforços depreendidos pela instituição ao longo dos anos que, desde a sua fundação investiu na capacitação de seus professores.

O Centro de Ciências Humanas, CCH, antigo Centro de Ciências Sociais e Geociências (CCSG), conta hoje com 39 (trinta e nove) professores, sendo 33 (trinta e três) doutores, 05 (cinco) mestres e 01 (um) graduado. O CCH conta, em 2019, com cerca de 500 (quinhentos) alunos distribuídos nos três cursos de graduação: Bacharelado em Ciências Sociais com habilitação em Sociologia; Licenciatura em História e Bacharelado em Relações Internacionais. O CCH participa do PSEI – Processo de Seleção Especial para Indígenas, garantindo a entrada de alunos indígenas nos cursos vinculados ao Centro. Esses cursos já formaram mais de mil profissionais que atuam em salas de aula, órgãos públicos e no setor privado.

Quanto às publicações, o CCH disponibiliza um acervo que busca contribuir significativamente com a produção do conhecimento local, com a publicação de livros sobre os mais diversos aspectos da história de Roraima, além de artigos em periódicos nacionais e internacionais. O CCH / PPGSOF edita e publica a Revista Textos & Debates, a primeira revista na área de Ciências Sociais na UFRR, criada em 1995. A Revista Textos & Debates é um veículo de publicação de artigos científico-acadêmicos e tem como eixo geral o estudo de temas relacionados à realidade brasileira, em especial, a Amazônica. Orientada por uma perspectiva interdisciplinar a Revista se caracteriza como um espaço de apresentação, análise e debate das diferentes maneiras de compreender o Brasil e a Região Norte do país. E *qualisada* em nível B2 no Qualis CAPES Interdisciplinar.

Há, ainda, a revista eletrônica de Ciências Sociais, História e Relações Internacionais, *Examãpaku*. A revista existe desde 2008 e recebe artigos, preferencialmente, de graduandos. O objetivo principal desse esforço é o de publicar a produção científica dos estudantes, na grande área de humanas, oriundos da UFRR e de instituições parceiras. A revista pretende realizar um exercício de reflexão que aproxime o conhecimento produzido na UFRR com a sociedade em geral, por meio da internet.

3.1. Justificativa do Curso



A Região Amazônica é uma das mais relevantes em questões de política nacional e internacional brasileira ao congregar diversidade de temas sensíveis às políticas nacionais e regionais do Brasil e de seus vizinhos, bem como ao atrair a atenção de outros membros da sociedade internacional. Além disso, o contexto atual é de extrapolação dos limites do Estado-Nação, de deslocamentos populacionais na transfronteira fazendo emergir processos de (re)construção socioculturais e identitárias singulares do espaço Pan-Amazônica, sul-americano e latino-americano.

A Região Amazônica apesar de ser o centro dos interesses mundiais, principalmente devido às suas dimensões continentais, que a torna geopoliticamente estratégica, ainda é tratada como periferia pelos países dos quais faz parte. A formação da Amazônia é estratégica para que a região saia da posição marginal e ganhe o destaque que lhe cabe, inclusive, no campo da ciência. A formação de uma base de dados sobre diferentes temas ligados à Amazônia é fundamental para aprimorar e fortalecer a produção do conhecimento *na e sobre a* Amazônia.

O Estado de Roraima é um dos estados que forma a Amazônia brasileira, ao mesmo tempo em que conforma um espaço de tríplice fronteira - Brasil, Venezuela e República Cooperativa da Guiana - e um eixo estratégico entre a Amazônia e o Caribe. Os processos de integração que na atualidade impulsionam, principalmente Brasil e Venezuela, sobretudo no que diz respeito à área fronteira ao sudeste do estado Bolívar e noroeste do estado de Roraima, pode ser exemplificado, dentre outros pelos Acordos de integração energética (2001) e Acordos de cooperação e pesquisa acadêmica na área de educação (2008), entre outros. Com a República Cooperativa da Guiana o processo de integração vem ocorrendo paulatinamente, ao mesmo tempo em que a mobilidade transfronteira tornou-se mais enérgica nesta tríplice fronteira marcada pelo cotidiano dos grupos étnicos e nacionais que desenham fluxos migratórios diários e transfronteiriços, dando origem e fortalecendo as redes sociais que se estendem por intermédio das relações de comércio, de trabalho, de serviços públicos, de lazer, de parentesco, de vizinhança e de religiosidade.

4. Considerações Gerais do Mestrado em Sociedade e Fronteiras

A região da Amazônia é compartilhada por nove países: Suriname, República Bolivariana da Venezuela, Colômbia, Equador, Guiana Francesa, República Cooperativa da



Guiana, Peru, Bolívia e Brasil. A diversidade de sociedades compreendida nesta região não diz respeito somente às diferentes características identitárias nacionais. A caracterização das sociedades na Amazônia indica que também sociedades em nível subnacional e transnacional formam a complexa tessitura societária amazônica, conforme o caso das diferentes comunidades e etnias indígenas, as populações tradicionais, os movimentos migratórios, entre outros. Registre-se que o interesse científico nesta região não se restringe somente aos pesquisadores regionais; cientistas de diversas nacionalidades como alemães, holandeses, chineses, buscam junto à Universidade de Roraima aporte para suas agendas de pesquisa.

O Estado de Roraima reflete a pluralidade societária na região amazônica. O estado mais ao norte do Brasil possui mais fronteiras com os países vizinhos, Venezuela e Guiana, do que com o próprio território nacional. Somente na Guiana é possível encontrar a cultura hindu, chinesa, brasileira, inglesa e islâmica. Nas faixas de fronteira nacionais existem terras indígenas que evidenciam relações transnacionais de parentesco e de etnia. Esta conformação fronteiriça situa o Estado de Roraima no eixo entre a Amazônia e o Caribe e, assim, mais identidades, mais sociedades, mais fronteiras.

As complexas relações societárias na Amazônia e, em particular, no estado de Roraima, permitem perceber com clareza que o conceito de fronteira ultrapassa os traços cartográficos dos Estados Nacionais. As fronteiras podem ser soerguidas em função da diversidade de línguas, de etnias, de imaginários coletivos. Existem mesmo territórios que não compartilham a floresta tropical amazônica, como é o caso das savanas, dos cerrados, das bordas litorâneas caribenhas, mas que são compreendidos dentro das fronteiras simbólicas amazônicas em virtude de traços identitários comuns.

A relação complexa entre sociedades e fronteiras na Amazônia permite que o Programa de Pós-Graduação Sociedade e Fronteiras, do Centro de Ciências Humanas – CCH, da Universidade Federal de Roraima - UFRR escolha os conceitos de sociedade e fronteira como balizadores de sua área de concentração. A riqueza de significações destes dois conceitos permite que as atividades de pesquisa do programa possam abranger os mais diversos campos das ciências humanas e sociais já consolidados na UFRR em nível de graduação e extensão: História, Geografia, Linguística, Economia, Ciências Sociais, Sociologia, Antropologia e Relações Internacionais, entre outras.



4.1. Área de Concentração e Linhas de Pesquisa

4.1.1. Área de Concentração: Sociedade e Fronteiras

Permite compreender de forma ampla e abrangente as relações societárias na região Amazônica, o estudo das fronteiras institucionais e simbólicas, as políticas de cooperação e desenvolvimento regional, os conflitos sociais, as políticas públicas e a questão ambiental.

O mestrado em Sociedade e Fronteiras possui três linhas de pesquisa: Fronteiras e práticas de mobilidade humana, Interculturalidade e processos sociais na Amazônia e Territorialidades e conflitos socioambientais na Amazônia.

4.1.2. Linhas de Pesquisa

Fronteiras e práticas de mobilidade humana

A presente linha de pesquisa tem como finalidade tratar dos aspectos teórico-metodológico e empíricos das mobilidades em seus mais diversos aspectos que vão desde a crítica as nomenclaturas e taxonomias da migração, discussão dos status jurídicos, políticas migratórias e governança, direitos humanos e direitos humanitários, cooperação e política humanitária, práticas humanitárias de gestão e assistência, mercado laboral. Ademais desses aspectos macro e em âmbito do Estado, das agências intragovernamentais e não governamentais, da sociedade civil, enfim das tensões e os conflitos decorrentes da pressão dessa multiplicidade de forças estruturais que criam e forjam os deslocamentos populacionais, tanto internamente como transnacionalmente e transfronteiriços, essa linha pretende abordar aspectos da capacidade subjetiva de ação dos sujeitos envolvidos nos processos de mobilidade, sejam populacionais tradicionais, indígenas, nacionais ou transnacionais; suas experiências migratórias e as mais diversificadas formas e dispositivos de sujeição e de subjetivação dos processos de violências, racismos e estigmas; da interseccionalidade de gênero, etnia, raça, classe social; as negociações e contestações de específicas relações de poder e as numerosas fronteiras que estruturam os espaços percorridos pelos migrantes. A fronteira, aqui nessa linha refere-se não apenas as fronteiras concretas, mas também simbólicas e subjetivas.



Interculturalidade e processos sociais na Amazônia

A linha de pesquisa Interculturalidade e Processos Sociais na Amazônia busca compreender os processos sociais e educativos, assim como a diversidade social e a produção de saberes em diferentes espaços da Amazônia. Envolve debates sobre diversidade social em um sentido amplo, tanto étnica, racial, de gênero, religiosa, de nacionalidades, de formas de vida, populações tradicionais da Amazônia, debates sobre cultura e interculturalidade em perspectiva histórica e crítica, buscando entender as relações, as interações, as diferenças e os conflitos sociais existentes entre diversos grupos humanos e suas concepções e práticas de vida. Esta linha também busca desenvolver reflexões sobre educação e interculturalidade, envolvendo a formação de professores, os debates sobre currículo e interculturalidade, assim como processos de formação e reprodução social dos conhecimentos. A perspectiva da linha de estudo e pesquisa é assim, reconhecer a importância das dinâmicas próprias de reprodução social, contribuindo para a compreensão de processos que envolvem a construção de sociedades nas quais o reconhecimento das diversidades sociais implica na ampliação dos limites formais da cidadania e no exercício efetivo de direitos, assim como refletir como estes debates podem ser incorporados nos estudos e práticas educativas, bem como na definição de políticas públicas de educação e convivência social na diversidade da Amazônia.

Territorialidades e conflitos socioambientais na Amazônia

A presente linha de pesquisa aborda estudos críticos sobre a diversidade sociocultural, econômica, ambiental e política, presentes nas territorialidades da Amazônia, nos diferentes momentos e processos da dinâmica de intervenção, ocupação e expansão da economia de mercado, que impactam e/ou impactaram na estrutura da economia tradicional. Entende-se que os conflitos socioambientais em nível continental, nacional, regional ou local trouxeram novas condições de vida para as comunidades tradicionais da região, assim como fomentaram diferentes ações e políticas, no sentido de mitigar ou minimizar os efeitos adversos da modernização e/ou progresso. No foco destes estudos pode-se identificar os processos de ocupação da Amazônia que causaram impactos negativos à sociobiodiversidade, como: a implementação de projetos sociais, políticos e econômicos, para atender as diferentes demandas da sociedade. Neste contexto, inserem-se as



hidrelétricas, mineração, agronegócio, assentamentos de reforma agrária, criação de áreas de reservas ambientais, terras indígenas ou de outras populações amazônicas, que repercutem em processos de degradação ou conservação dos recursos naturais. Assim, objetiva-se evidenciar a diversidade étnica, sociocultural, econômica e ambiental, presentes nos conhecimentos tradicionais e científico que permeiam essa realidade. Ademais, pretende-se contribuir para que as sociedades tradicionais e as políticas públicas e ambientais venham a promover ações que impactem positivamente nas lutas, reivindicações e processos de construção de identidades, presentes nesta relação. Portanto, a partir desta abordagem, os resultados das pesquisas contribuirão para a uma melhor compreensão da diversidade de processos humanos na Amazônia, em face dos diferentes modelos de crescimento e desenvolvimento propostos para a região, que impactaram na dimensão do seu território e na sua territorialidade.

5. Caracterização do Curso

5.1. Objetivos

5.1.1 Objetivo Geral

O Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima tem por objetivo principal a formação de recursos humanos capazes de refletir e analisar as condições de vidas das populações amazônicas e contribuir com o desenvolvimento da região.

5.1.2. Objetivos Específicos:

- Promover reflexões e pesquisas sobre as fronteiras e as relações sociais na região amazônica;
- Possibilitar a compreensão dos processos sociais que marcaram e/ou marcam o cotidiano da vida social dessas populações;
- Difundir no âmbito institucional e nas sociedades regional, nacional e internacional a relevância de estudar e pesquisar as problemáticas sociais amazônicas em suas complexidades;
- Formar docentes, pesquisadores e profissionais capazes de atuar em âmbitos diversificados, tais como: entidades governamentais e não governamentais, empresas privadas, movimentos sociais, que demandem, por suas naturezas, propósitos e funções, a compreensão da realidade e dinâmica da Amazônia;



- Contribuir com a formação de recursos humanos para os países da região amazônica, por meio da cooperação solidária internacional;
- Divulgar a produção acadêmica do programa enfatizando as problemáticas sociais amazônicas e os desafios para o desenvolvimento da região.

5.2. Perfil Profissional

Alunos do programa de mestrado em Sociedade e Fronteiras, da Universidade Federal de Roraima, deverão ser capazes de:

- 1) Atuarem como professores e pesquisadores, contribuindo com as instituições públicas e privadas que, por sua finalidade, demandem conhecimentos teóricos especializados e percepção aprofundada da realidade social;
- 2) Contribuírem para a formulação de políticas públicas voltadas para a integração da Amazônia, do Brasil e da América do Sul no cenário internacional;
- 3) Produzirem conhecimento relevante em Sociedade e Fronteiras, destacando a Amazônia como objeto de investigação empírica e dando atenção particular aos aspectos socioeconômicos, políticos, culturais e transfronteiriços.

5.3 Estrutura e Funcionamento do Curso

5.3.1. Estrutura Curricular

O Curso de Mestrado em Sociedade e Fronteiras deverá ser cursado no prazo mínimo de 12 (doze) e no máximo de 24 (vinte e quatro) meses, nos quais os alunos deverão cumprir 780 horas entre disciplinas e atividades distribuídas da seguinte forma:

- 38 (570 horas) créditos obrigatórios;
- 8 (120) créditos eletivos;
- 90 horas de atividades complementares.

O aluno deverá realizar no mínimo 04 dos 08 créditos eletivos no PPGSOF, exceto alunos que optarem por intercâmbio internacional ou mobilidade nacional institucionalizados, que poderão cursar os 08 créditos das disciplinas eletivas na instituição externa.



Os créditos obrigatórios formam um núcleo ou domínio comum e são **obrigatórios** para todos os alunos do curso, perfazendo um total de **570h – 38** créditos, distribuídos em três disciplinas, atividades de orientação, qualificação de projeto e defesa de dissertação. Essas disciplinas são definidas a partir da área de concentração e tem a finalidade de fornecer aos alunos conhecimento básico para a sua formação.

As disciplinas eletivas são relacionadas às Linhas de Pesquisa e visam atender as necessidades dos projetos de dissertação dos alunos, perfazendo um total de 08 (oito) créditos.

Atividades complementares (AC) - são atividades que visam reforçar o contato entre alunos que estão em fase de elaboração da dissertação. Poderá ser computada a participação em cursos de curta duração, conferências, palestras, simpósios, colóquios de temas específicos e de interesses vinculados aos projetos de dissertações; apresentação de trabalhos em eventos; publicações; participação em Grupos de Pesquisa e demais atividades. As Atividades Complementares serão reguladas por Resolução própria. Estas totalizam 90h.

Estágio em Ensino Docente Orientado: será obrigatório para todos os alunos que usufruírem de bolsas de estudo, sendo optativo aos demais.

Proficiência em língua estrangeira: é parte obrigatória e eliminatória do processo de seleção.

As disciplinas **Tópicos Especiais** permitem uma maior flexibilidade na matriz de disciplinas, podendo ser ofertadas em períodos determinados, dependendo da disponibilidade de professores colaboradores e visitantes. Poderão ser ofertadas com subtítulos específicos os quais serão lançados no SIGAA e no histórico dos estudantes.

5.3.1.1. Disciplinas/Atividades/Créditos obrigatórios (570h – 38 créditos)

- Estado, Sociedade e Meio Ambiente (60h) – 04 créditos
- Culturas, Identidades e conflitos sociais na Amazônia (60h) – 04 créditos
- Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais (60h) – 04 créditos
- Atividade de Orientação I (30h) – 02 créditos
- Atividade de Orientação II (30h) – 02 créditos
- Atividade de Orientação III (30h) – 02 créditos
- Seminário de Qualificação (60h) – 04 créditos



- Defesa de Dissertação (240h) – 16 créditos
- Estágio em Ensino Docente Orientado (60h) – 04 créditos (obrigatório apenas para alunos bolsistas)

5.3.1.2. Disciplinas Eletivas: o aluno deverá cursar 08 créditos, perfazendo 120 horas.

- Estado, migração e fronteiras (60h) – 04 créditos
- Dinâmicas migratórias nas Amazônias (60h) – 04 créditos
- Territorialidades urbanas, espaço e planejamento (60h) – 04 créditos
- Desigualdades políticas e efeitos psicossociais (60h) – 04 créditos
- Diversidade Social na Amazônia e interculturalidade (60h) – 04 créditos
- Desenvolvimento, globalização e políticas públicas (60h) – 04 créditos
- Educação e Direitos Humanos (60h) – 04 créditos
- Movimentos Sociais na América Latina (60h) – 04 créditos
- Formação socioeconômica e a questão ambiental na Amazônia (60h) – 04 créditos
- Natureza, Sociedade, Economia e Sustentabilidade (60h) – 04 créditos
- Gênero, Territórios e Corpos de Resistência (60h) – 04 créditos
- Territórios e territorialidades na Amazônia (60h) – 04 créditos
- Tópicos especiais (de 60h – 04 créditos; ou de 30h – 02 créditos)

5.3.1.3. Atividades complementares (90h)

Atividades desenvolvidas pelo discente ao longo do Curso.

5.4. Matriz Curricular

Primeiro Semestre:

- Estado, Sociedade e Meio Ambiente (60h) – 04 créditos
- Culturas, Identidades e conflitos sociais na Amazônia (60h) – 04 créditos
- Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais (60h) – 04 créditos

Segundo Semestre:



- Disciplinas eletivas – (120h) 08 créditos
- Atividade de Orientação I (30h) – 02 créditos
- Seminário de Qualificação (60h) – 04 créditos

Terceiro Semestre:

- Atividade de Orientação II (30h) – 02 créditos

Quarto Semestre:

- Atividade de Orientação III (30h) – 02 créditos
- Defesa de Dissertação (240h) – 16 créditos

5.5. Duração do Curso

O curso de mestrado em Sociedade e Fronteiras terá a duração mínima de 12 meses e máxima de 24 meses.

5.5.1. Prazo de Qualificação

O aluno deverá qualificar até o final do 12º (décimo segundo) mês do ingresso no Programa. Para qualificar o aluno do curso de mestrado deverá entregar na Secretaria do Programa o projeto de pesquisa e um sumário comentado de sua dissertação, constando da estrutura da dissertação por capítulos com ênfase na descrição de conteúdo, objetivos e fontes. O material deverá ser entregue, no mínimo, vinte dias antes do prazo final.

5.5.2. Prazos para Defesa de Dissertação

O aluno terá o prazo máximo de 24 meses para defender sua dissertação de Mestrado. Excepcionalmente, perante a apresentação de razões amplamente justificadas e da apresentação de dois capítulos da dissertação e de um cronograma que claramente indique a viabilidade de conclusão pelo aluno, e de um parecer por escrito do orientador, a Comissão de Pós-Graduação poderá, a seu critério, estender o prazo para até no máximo seis meses. Esgotado o prazo, sem que tenha sido apresentada ou aprovada sua dissertação, o aluno será desligado do programa.



5.6. Sistema de Avaliação

O sistema de avaliação encontra-se expresso no Regimento do Programa.

5.7. Sistema de Seleção e Admissão

Os processos seletivos serão abertos e tornados públicos mediante edital de seleção, previamente aprovado pela Comissão ou pelo Colegiado de Pós-Graduação, a ser publicado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do início do prazo de inscrições.

A admissão será feita por meio de seleção pública com normas definidas em edital. O candidato deve obedecer, no mínimo, aos requisitos de ser diplomado ou possuir certificado de conclusão de graduação e de ser selecionado dentro do número de vagas, conforme condições estipuladas em edital. Os candidatos residentes no exterior poderão ser selecionados mediante análise de outros documentos, tais como: cartas de recomendação, pesquisas realizadas, trabalhos publicados, certificados de proficiência em língua portuguesa e projeto de dissertação de mestrado, conforme especificado no edital de seleção.

O processo seletivo ao curso constitui-se da Análise de Projeto de Pesquisa e Prova de conhecimentos. Poderá contar ainda com: Defesa de Memorial, Entrevista, Avaliação do *Curriculum Vitae* e exame de língua estrangeira (Espanhola, Francesa, Inglesa). O Edital de Seleção poderá prever, ainda, outros procedimentos para o processo de seleção.

6. QUADRO DOCENTE

6.1. Quadro Docente Permanente

Dr. Alfredo Ferreira de Souza - História/História Social (Linha 2)

Dr. Américo Alves de Lyra Junior - História (Linha 3)

Dra. Ana Lia Farias Vale - Geografia/Produção do Espaço Geográfico (Linha 1)

Dra. Ana Lúcia de Sousa - Educação e Política Educacional (Linha 2)

Dra. Carla Monteiro de Souza - História/História do Brasil (Linha 1)

Dra. Eliane Silvia Costa - Psicologia Social/Saúde Pública (Linha 1)



Dr. Fabio Almeida de Carvalho - Letras/Literatura (Linha 2)

Dra. Francilene dos Santos Rodrigues – Ciências Sociais/Estudos Comparados sobre as Américas (Linha 1)

Dr. Gustavo da Frota Simões - Relações Internacionais (Linha 1)

Dr. João Carlos Jarochinski Silva – Relações Internacionais/Direito Internacional (Linha 1)

Dra. Márcia Maria de Oliveira (Linha 2)

Dra. Maria das Graças Santos Dias Magalhães – História (Linha 3)

Dra. Maria Luiza Fernandes – História/História Social (Linha 2)

Dr. Maxim Paolo Repetto Carreno – História/Antropologia (Linha 2)

Dra. Sandra Maria Franco Buenafuente - História Econômica/Economia Ecológica (Linha 3)

6.2. Quadro Docentes Colaboradores

Dr. Jaci Guilherme Vieira – História/História do Brasil (Linha 2)

Dra. Mariana Cunha Pereira – Antropologia (Linha 2)

Dr. Stephen Grant Baines – Antropologia Social/Relações interétnicas (Linha 3)

7. Grupos de Pesquisa e Docentes vinculados ao Programa

Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras: Processos Sociais e Simbólicos (GEIFRON)

Link: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2543901712551658>

Líder(es) do grupo: Francilene dos Santos Rodrigues e Alessandra Rufino Santos

Área predominante: Ciências Humanas; Sociologia

Gestão socioeconômica dos recursos naturais e sustentabilidade na Amazônia

Link: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9197579507545492>

Líder(es) do grupo: Sandra Maria Franco Buenafuente

Área predominante: Ciências Sociais Aplicadas; Economia

Grupo de Estudo e Pesquisa Interdisciplinar em Educação (GEPINTE)

Link: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1820825234367445>



Líder(es) do grupo: Ana Lia Farias Vale
Área predominante: Ciências Humanas; Educação

Permanência e atualização das fontes textuais ameríndias nas literaturas americanas - o caso circum-Roraima

Link: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7824821852385364>

Líder(es) do grupo: Fábio Almeida de Carvalho
Área predominante: Linguística, Letras e Artes; Letras

Cidadanias Interculturais, Povos Indígenas, Populações Amazônicas e Estudos Transdisciplinares

Link: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7719344405699095>

Líder(es) do grupo: Maxim Repetto
Área predominante: Ciências Humanas; Educação

8. Projetos de Pesquisa

ALFREDO FERREIRA DE SOUZA

Projeto de pesquisa: A construção do outro: identidade Waiwai e alteridade forjada.

Resumo: Compreender de que maneira os Waiwai adaptam o ritual parawa às representações cristãs após a conversão no processo de waiwaização de outros povos que passaram a residir nas aldeias do Essequibo, Mapuera, Jatapu e Anauá.

Projeto de pesquisa: A implantação do Internato Betel entre os Macuxi na região do rio Surumu (1942 – 1946).

Resumo: Compreender a dinâmica e objetivos da Unevangelized Fields Mission, UFM, quanto à implantação do Internato Macuxi Betel, incluindo as representações envolvidas, as estratégias missionárias e as táticas macuxi.

Projeto de pesquisa: As missões protestantes entre os povos tradicionais do lavrado (1942–1963)

Resumo: Avaliar o trabalho missionário protestante na região do lavrado que antecedeu tanto a fundação de Kanashen no Essequibo, como as investidas entre os Xirixaná no noroeste do Território do Rio Branco (hoje estado de Roraima).

AMÉRICO ALVES DE LYRA JUNIOR

Projeto de pesquisa: História das Relações Internacionais na Amazônica

Resumo: Estudo da Amazônia em função das relações internacionais dos países que compõem a região a partir da cooperação, dos contenciosos, da diplomacia, da diversidade cultural e étnica. Para isso, busca-se aporte na intersecção das disciplinas História e Relações Internacionais.



ANA LÚCIA DE SOUSA

Projeto de pesquisa: Políticas de Expansão do Ensino Superior no Brasil e na Venezuela

Resumo: Estudo sobre o projeto de expansão do ensino superior na Venezuela como política de integração do governo Hugo Chávez.

Projeto de pesquisa: A Educação no Estado de Roraima (1988-2005)

Resumo: Pesquisar sobre o processo de construção do sistema público de educação em Roraima, no âmbito das Secretarias Estadual e do Município de Boa Vista, enfocando o período que vai de 1988 quando foi extinto o antigo território e criado o estado de Roraima - até 2005. Busca-se traçar um diagnóstico geral da educação, através da sistematização e análise de dados estatísticos, programas e projetos desenvolvidos, bem como buscar, através de entrevistas e questionários, elementos objetivos e subjetivos que deem conta da qualidade educacional no estado de Roraima.

CARLA MONTEIRO DE SOUZA

Projeto de pesquisa: História e Memória de Boa Vista/RR nas Décadas de 1950-60.

Resumo: O projeto objetiva analisar as modificações ocorridas em Boa Vista na década de 1950, a partir de sua elevação a capital do Território Federal do Rio Branco, por meio da constituição e abordagem de um acervo de fontes escritas, jornais, documentos oficiais e relatos memorialísticos, e de fontes orais, configurando as dimensões espacial/urbanística, ambiental, social, cultural, visando explicar e compreender o impacto dessas mudanças no cotidiano, nas relações humanas e sociais, no lugar e seus significados.

Projeto de pesquisa: Constituição de acervo documental através da história oral.

Resumo: O projeto busca constituir um acervo documental através da realização de entrevistas e da coleta de depoimentos. Tem uma abordagem multidisciplinar, objetivando o desenvolvimento por meio de parcerias e/ou diálogos com outros projetos que requerem a constituição de documentação por meio da oralidade.

ELIANE SILVIA COSTA

Projeto de pesquisa: Ideologia e modos de subjetivação: o sujeito vincular em questão

Resumo: A partir da análise de textos escritos por autores da psicanálise dos processos grupais, notadamente de René Kaës e Maria Inês Assumpção Fernandes, buscaremos compreender como as ideologias operam subjetiva e intersubjetivamente, ou seja, temos como objetivo compreender quais são as operações, as formações e os processos subjetivos e intersubjetivos que estariam relacionados com o enraizamento da ideologia, bem como com sua sustentação, manutenção e transformações. Para atingir os objetivos propostos, no tocante ao procedimento, serão realizadas revisões bibliográficas, análise e sistematização de textos dos referidos autores, os quais fundamentam teórico-metodologicamente esta pesquisa. Trata-se de pesquisa eminentemente teórica.



Projeto de pesquisa: Migrações, Violências e Direitos Humanos em Roraima

Resumo: Financiado pela UFRR e pelo CNPq, o projeto enquadra-se na Linha 2- Cidadania, violência e direitos humanos da chamada CNPq N° 22/2016 - Pesquisa e Inovação em Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Tem como objetivo geral analisar e compreender dinâmicas migratórias e seus efeitos econômicos, políticos, socioculturais, psicossociais e jurídicos para os habitantes (estrangeiros e nacionais) das cidades transfronteiriças de Bonfim e Pacaraima e a capital Boa Vista, no estado de Roraima. Serão considerados fluxos migratórios que ocorreram, têm ocorrido e ocorrerão nessas cidades de 2016 a 2020. Para tanto, dentre outros aspectos, pretende-se avaliar o papel do Estado e de Agências Internacionais no acolhimento e política de integração para os migrantes em Roraima; verificar a inserção desses migrantes no mercado de trabalho formal e informal; reconstituir e historiar o processo migratório da Venezuela para Roraima; investigar efeitos da violação de direitos humanos e da dominação (xenofobia, racismo, sexismo e discriminação de classe) nos modos de subjetivação, vinculação e socialização que ocorrem entre brasileiros habitantes das referidas cidades e imigrantes venezuelanos. Há, pois, objetivos específicos que envolvem diferentes grupos populacionais, inclusive o de venezuelanos, outros são destinados exclusivamente para a compreensão do processo migratório desses. Do ponto de vista do método, trata-se de um estudo quantitativo e qualitativo, que envolverá pesquisas e análises de documentos históricos e registros oficiais e censitários de órgãos públicos e organismos internacionais, como também Cartografia Social e História Oral, dentre outros. O referido projeto colaborará com a compreensão de processos migratórios que ocorrem em Roraima, contribuirá com a elaboração de políticas migratórias e com a proteção dos direitos dos migrantes, refugiados, solicitantes de refúgio, apátridas e suas famílias. Os resultados da pesquisa comporão um banco de dados permanentes e subsidiarão a criação do Observatório das Migrações na Amazônia. Situação: Em andamento Natureza: Projetos de pesquisa. Integrantes: Francilene dos Santos Rodrigues (Responsável); Eliane Silvia Costa; Márcia Maria Oliveira; Mariana Cunha Pereira.

Projeto de pesquisa: Estratégias de Dominação e modos de subjetivação: o sujeito vincular em questão

Resumo: Descrição: Investigar os modos de vinculação, subjetivação e socialização que ocorrem entre os habitantes do estado de Roraima, considerando como opera psicossocialmente modalidades de dominação como o racismo, a discriminação de gênero, de classe e regional. Busca-se refletir sobre as instâncias psíquicas, políticas e ideológicas que demarcam as relações entre os sujeitos em suas interações socioculturais e, nesse sentido, compreender o modo como a população de Roraima se relaciona, se vê, é vista e fala de sua vida e de sua identidade nos mais variados cenários, tais como: no cotidiano do trabalho, na escola, nas relações amorosas. Este projeto fundamenta-se metodologicamente principalmente em teóricos das psicanálises dos laços sociais, tais como René Kaës e Pierre Benghozi. Ele é composto por subprojetos de pesquisas desenvolvidos por alunos de graduação do curso de psicologia e do Programa de Pós-Graduação "Sociedade e Fronteira" da UFRR. Situação: Em andamento Natureza: Projetos de pesquisa. Alunos envolvidos: Graduação (5); Mestrado acadêmico (2). Integrantes: Eliane Silvia Costa (Responsável).

FRANCILENE DOS SANTOS RODRIGUES



Projeto de pesquisa: Migração e relações de trabalho na fronteira pan-amazônica.

Resumo: O projeto se propõe a investigar as condições e relações de trabalho dos brasileiros na Gran Sabana, estado Bolívar (Venezuela) e de estrangeiros em Roraima (Boa Vista e Pacaraima), bem como os impactos da migração na configuração social neste espaços transfronteiriços e na vida dos próprios trabalhadores.

Projeto de pesquisa: Migração Transfronteiriça: Uma análise na Tríplice fronteira: Brasil-Venezuela-Guiana.

Resumo: O objetivo geral é investigar, tanto os processos sociais, quanto os processos simbólicos - gerados tanto pelos deslocamentos como pelos acordos de integração energética - que ocorrem na tríplice fronteira denominada, neste trabalho, de Lugar Guayana.

Projeto de pesquisa: A Água e Saúde das mulheres nos assentamentos rurais e comunidades ribeirinhas

Resumo: O objetivo é pesquisar a relação da água com a saúde das mulheres nos espaços do cotidiano de trabalhadoras rurais de assentamentos e de comunidades ribeirinhas do município de Rorainópolis-Roraima.

Projeto de pesquisa: Representações e Discursos sobre o Lugar Guayana.

Resumo: O objetivo do projeto é investigar as construções discursivas construídas pelos governantes e pelos sujeitos da fronteira Brasil-Venezuela sobre o Lugar Guayana e como essas construções imaginárias impactam os processos culturais e identitários nessa fronteira.

GUSTAVO DA FROTA SIMÕES

Projeto de pesquisa: Novas tecnologias, conectividade digital e a integração de imigrantes /refugiados venezuelanos em Roraima - Brasil

Resumo: Este projeto visa compreender o papel das novas tecnologias e mídias digitais nos processos de integração de refugiados, considerando o contexto migratório Venezuelano no estado de Roraima. Trata-se de um estudo original na área das Relações Internacionais do Brasil, que oferece oportunidade para aprofundar a compreensão das relações complexas que conectam mídia digital e integração de refugiados. Pretende-se estudar essa temática por meio da formação de um grupo focal de imigrantes, com os quais serão aplicados três principais aportes metodológicos: entrevistas semiestruturadas, questionários e diários digitais sobre suas experiências na utilização de smartphones, tablets e computadores com acesso livre e gratuito à internet. A pesquisa será realizada com voluntários selecionados do Curso de Extensão Português para Acolhimento, iniciativa gratuita do Curso de Relações Internacionais, da Universidade Federal de Roraima, situado em Boa Vista, capital do Estado de Roraima. Esse curso de extensão conta com uma estrutura física de alta tecnologia, com acesso a computadores, tablets e smartphones. Reconhecendo que a aplicação desse estudo envolve uma população bastante vulnerável, os pesquisadores estão comprometidos ética e profissionalmente em proteger a privacidade dos participantes e acreditam que não existem riscos para os envolvidos. O cronograma do projeto tem duração de oito meses e conta com financiamento próprio. Os benefícios acadêmicos da pesquisa



se baseiam na oportunidade de sensibilizar, principalmente, a área prática das questões migratórias, pensando em políticas públicas e ações voltadas à população migrante que considerem o acesso à conectividade e novas mídias digitais como um aspecto fundamental de todos os seres humanos no século XXI. Serão produtos dessa pesquisa: artigos, capítulos de livros e produtos desenvolvidos para os imigrantes como oficinas e discussões em grupos com os achados aqui produzidos.

Projeto de pesquisa: Migração internacional para o Brasil: as narrativas e as experiências de migrantes em Roraima

Resumo: O presente projeto de pesquisa tem como desiderato a apresentação do trabalho a ser desenvolvido durante os dois próximos anos a respeito das migrações internacionais para o norte do Brasil, cujo fluxo se intensificou em 2016, sobretudo de nacionais oriundos da Venezuela. O projeto de pesquisa intitula-se MIGRAÇÃO INTERNACIONAL PARA O BRASIL: AS NARRATIVAS E AS EXPERIÊNCIAS DE MIGRANTES EM RORAIMA. Trata-se de pesquisa original que analisa a temática das migrações sob o enfoque do acolhimento e das políticas de integração desenvolvidas para migrantes no extremo norte do país, sobretudo no Estado de Roraima. O projeto possui como objetivo geral compreender as diferentes formas de integração e as narrativas dos imigrantes a respeito desse processo na região norte do Brasil, estudando-os por meio de entrevistas semiestruturadas a partir de suas experiências nos espaços urbanos do estado de Roraima. Para isso, serão utilizadas técnicas de coleta de dados predominantemente qualitativas, mas com a análise de dados quantitativos quando se fizerem necessários de forma complementar. O projeto se justifica sobretudo pelo aumento dos deslocamentos na região norte do Brasil, sobretudo no Estado de Roraima com a chegada de venezuelanos a partir de 2016 e pela necessidade de pesquisas participativas com os imigrantes deixando-os de serem considerados apenas objeto de estudo. Essa pesquisa visa contribuir com o entendimento dos fluxos migratórios contemporâneos que passam e permanecem na região norte do país, principalmente com as narrativas dos imigrantes em seu processo de integração nessa passagem ou permanência. Serão produtos dessa pesquisa, artigos, capítulos de livros e produtos desenvolvidos para os imigrantes como oficinas e discussões em grupos com os achados aqui produzidos.

JACI GUILHERME VIEIRA

Projeto de pesquisa: A Igreja Católica de Roraima no processo da homologação da Raposa Serra do Sol e a violência gerada a partir da organização indígena: 1960 a 1990

Resumo: Estudar o novo discurso efetuado pela Igreja Católica no final da década de 1960 a 1990, e em especial opção de vanguarda pelos índios de Roraima, deixando claro que a igreja a qual nos referimos aqui serão os missionários da Ordem italiana da Consolata, como também a violência gerado durante esse período sobre os atores desse processo, índios e religiosos.

MARIA DAS GRAÇAS SANTOS DIAS

Projeto de pesquisa: Sociedade, Economia e Natureza: Os Ribeirinhos do Baixo Rio Branco

Resumo: Analisar, utilizando a metodologia da História Oral, as experiências de vida dos ribeirinhos.



MARIA LUIZA FERNANDES

Projeto de pesquisa: Cronistas e Viajantes no vale do rio Branco.

Resumo: Compreender os relatos dos viajantes como produtos de sua época levando em consideração o sujeito que está produzindo o relato e seu arcabouço intelectual, as circunstâncias históricas em que se dá a produção e as teorias e ideologias desse momento. Verificar os usos que a historiografia tem feito dos relatos produzidos pelos viajantes.

Projeto de pesquisa: Povos indígenas no vale do rio Branco/RR: composição e representação

Resumo: Esta proposta de pesquisa tem como objetivo apresentar de que maneira os povos indígenas que habitaram/habitam o espaço compreendido pelo atual estado de Roraima, à época colonial, vale do rio Branco, foram designados/nomeados e fazer uma análise de como foram representados nas narrativas de viagens e na documentação administrativa de portugueses e brasileiros ao longo dos séculos XVIII e XX.

Projeto de pesquisa: Ensino de história indígena no contexto das escolas públicas de Boa Vista/RR

Resumo: A presente proposta de pesquisa tem a pretensão de analisar como está sendo ministrado o estudo da história e da cultura indígenas nas aulas de história nas escolas públicas de Boa Vista, Roraima.

MAXIM REPETTO

Projeto de pesquisa: Ecologia e genética da castanheira (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) como subsídio à conservação e uso sustentável da espécie.

Resumo: A castanheira-do-brasil (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) é uma espécie arbórea que ocorre em diferentes tipos de solo ao longo da bacia Amazônica, estando sujeita a um amplo gradiente de pluviosidade e sazonalidade. Suas sementes são muito valorizadas nos mercados alimentício e cosmético, e apesar da coleta de castanha-do-brasil ser considerada uma atividade importante do ponto de vista social e ecológico, os impactos demográficos da coleta na dinâmica populacional e a caracterização da diversidade genética ao longo de sua área de distribuição natural ainda não foram devidamente estudados.

Projeto de pesquisa: OBEDUC: Práticas De Conhecimento E Práticas De Convivência: Explorando Perspectivas Transdisciplinares Da Educação Diferenciada Nas Escolas E Comunidades Indígenas E Quilombolas

Resumo: Financiamento CAPES/MEC. Trata-se de um Observatório da Educação, formado por uma rede entre as universidades Federal de Minas Gerais/UFMG, Federal de Roraima/UFRR e Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO. Tem como objetivo investigar com os povos indígenas participantes do projeto, as práticas de conhecimento que envolvem diferentes tradições de pensamento, diferentes línguas e linguagens e diversos processos de aprendizagem, nos âmbitos temáticos da construção de instrumentos pedagógicos; da retomada dos processos rituais e da vida



cotidiana enquanto duas instâncias de aprendizagem; das práticas de gestão das escolas indígenas e quilombolas enquanto aspectos ainda não normatizados; das práticas de bilinguismo e a interação entre diversas linguagens e a produção de material didático específico para escolas indígenas e escolas quilombolas.

Projeto de pesquisa: Projeto Maruwai: Educação Intercultural para uma Nova Gestão Territorial Indígena em Roraima. Grupo PET / Conexões de Saberes: PET Intercultural

Resumo: Projeto PET Intercultural, Financiamento Conexões de Saberes: SECADI-MEC Alunos cursos: Licenciatura Intercultural, Gestão Territorial Indígena, ingressos na UFRR por Processo Seletivo Especial para Indígenas (PSEI). Articulação com projetos: PROEXT 2013; OBEDUC-Insikiran/UFRR; PIBID Licenciatura Intercultural.

9. Bibliografia Consultada

ALVES, Railda F; BRASILEIRO, Maria do Carmo E. e BRITO, Suerde M. de O.

Interdisciplinaridade: Um Conceito em Construção. Episteme, Porto Alegre, n. 19, p. 139-148, jul./dez. 2004.

FUNDAÇÃO Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coordenação de Acompanhamento e Avaliação. Comitê de Área Multidisciplinar. **Avaliação Trienal-2007.** Brasília, outubro, 2007. Disponível em

FUNDAÇÃO Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Avaliação -DAV. **Documento de Área – 2009.** Brasília; fevereiro, 2010. Disponível em

FUNDAÇÃO Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Orientações para elaboração do Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes – PLANFOR.** Brasília, fevereiro, 2009.

CAPES – DAV . A avaliação da Capes e o reconhecimento de cursos pelo MEC/CNE. Disponível em Diretoria de Avaliação. APCN – 2010. **Aplicativo para propostas de cursos novos.** Manual do Usuário. Brasília, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) 2005-2010.** Brasília, dezembro, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Universidade Federal de Roraima. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. **Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes (Planfor) da UFRR.** Março, 2009.



Anexo de Ementário de Disciplinas

Disciplinas obrigatórias

ESTADO, SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE

Código: SFO01

Professores: Dr. João Carlos Jarochinski Silva; Dra. Ana Lucia de Sousa

Ementa: Origem e fundamentos do Estado moderno. Estado e sociedade civil. A relação Estado, sociedade e meio ambiente no contexto das mudanças no capitalismo nos séculos XX e XXI. O ideal de sustentabilidade frente ao modelo de desenvolvimento cuja lógica dominante é o consumismo e a maximização do lucro.

Bibliografia Básica:

ALTVATER, E. O preço da riqueza. São Paulo: Ed. Unesp, 1995.

ARRIGHI, G. ; SILVER, B. J. Caos e governabilidade no moderno sistema mundial. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001.

BORON, A. A Coruja do Minerva: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. Crise econômica e reforma do estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: Ed. 34, 1996.

HARVEY, D. Condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

BAUMAN, Zygmunt. Danos Colaterais: Desigualdades Sociais numa era Global. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. Capitalismo Parasitário. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. O mal estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CULTURAS, IDENTIDADES E CONFLITOS SOCIAIS NA AMAZÔNIA

Código: SFO02

Professores: Dra. Francilene dos Santos Rodrigues; Dr. Alfredo Ferreira de Souza; Dr. Maxim Repetto.



Ementa: A partir de conceitos centrais como cultura, identidade e etnicidade este curso pretende voltar-se para a compreensão das múltiplas situações, processos e dinâmicas socioculturais na Amazônia Continental. Serão focados temas como: pluralidade étnica; a situação colonial, que envolve alianças, subordinação e dominação; assim como o processo de construção da(s) idéia(s) sobre a(s) Amazônia(s); dando uma ênfase nos processos de (re)construção das identidades das populações na região. As análises se darão a partir de estudos empíricos em contextos específicos: fronteira, movimentos sociais, pensamento social, espaços culturais, instituições e burocracia na AL, com foco nos países que conforma a região Amazônica.

Bibliografia Básica:

ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (orgs). **Sociedades caboclas amazônicas.** Modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. O intransitivo da transição: o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia. LENA, Phillipe e OLIVEIRA, Adélia E. (Orgs.) **Amazônia: a Fronteira Agrícola: 20 anos depois.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991

ESCOBAR, Arturo. **El Final del Salvaje. Naturaleza, Cultura y Política en la Antropología contemporánea.** Santa Fé, Bogota, Colombia: CEREC; ICAN, 1999.

FREITAS, Marilene Correa da Silva. Os Amazonidas contam sua historia: Territórios, povos e populações. In: SCHERER, Elenise e OLIVEIRA, Jose Aldemir (orgs). **Amazônia. Território, povos tradicionais e ambiente.** Manaus: Editora da UFAM, 2009, pp.15-31.

GASCHÉ, Jorge. **¿Qué son ‘saberes’ o ‘conocimientos’ indígenas, y qué hay que entender por ‘diálogo’?** Ponencia **Primer Encuentro Amazónico de Experiencias en Dialogo de Saberes.** Universidad Nacional de Colombia, sede Amazonía, 12-14 de noviembre 2008.

MEGGERS, Betty J. **Amazonia, um paraíso ilusório.** México: Siglo XXI, 1999.

OLIVEIRA FILHO, J. P. Sobre índios, macacos, peixes: narrativas e memórias de intolerância na Amazônia contemporânea. **Revista Etnográfica**, v. 4, n. 2, p. 285-310, 2000.

_____. A fronteira e seus cenários: Narrativas e Imagens sobre a Amazônia. In: Nelson Matos de Noronha e Renato Athias. (Org.). **Ciência e saberes na Amazônia:** indivíduos, coletividades, gêneros e etnias. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008, v. , p. 13-32.

_____. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. **Encontros Com a Civilização Brasileira.** Rio de Janeiro: v. 11, p. 101-140, 1979.

SANTOS, Boaventura De Souza. **Una Epistemología del Sur: la reinvenición del conocimiento y la emancipación social.** México: Siglo XXI / CLACSO, 2009.

WOLF, Cristina. Scheibe. **Mulheres da Floresta.** Uma historia do alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999.



METODOLOGIA DA PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Código: SFO03

Professores: Dra Ana Lucia de Sousa; Dr. Alfredo Ferreira de Sousa; Dra. Maria Luiza Fernandes

Ementa: Tem como objetivo promover a discussão acerca das principais questões relativas à epistemologia voltada ao conhecimento científico, com ênfase na tensão entre Filosofia (Teoria) e Ciência (Método), bem como a própria metodologia da pesquisa, considerando a perspectiva interdisciplinar, com ênfase na elaboração do projeto de pesquisa.

Bibliografia básica:

ALVES, R. **Filosofia da ciência:** introdução ao jogo e a suas regras. 13. ed.. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

ARON, R. **Estudos políticos.** 2. ed. Brasília: Editora da UnB, 1985.

ECO, H. **Como se faz uma tese.** São Paulo: Perspectiva. 2006.

GELLNER, E. **Antropologia e política:** revoluções no Bosque Sagrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas.** 2. ed.. São Paulo: Perspectiva, 1978.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais:** um tratamento conceitual. São Paulo: EDUSP, 1979.

REIS, F. W. O tabelão e a lupa. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** n. 16, ano 06, julho de 1991.

SEMINÁRIO DE QUALIFICAÇÃO

Código: SFO04

Professores: Dra. Ana Lucia de Sousa; Dra. Maria Luiza Fernandes

Ementa: O presente seminário está orientado para acompanhar o desenvolvimento dos projetos de pesquisa dos alunos do Programa tendo em vista a qualificação.

ATIVIDADE DE ORIENTAÇÃO I, II E III

Código: SFA01

Código: SFA02



Código: SFA03

Ementa: Está relacionada ao processo de orientação. Será desenvolvida ao longo do segundo, terceiro e quarto semestres do curso pelo orientador e seus orientandos. A bibliografia básica se acrescentará ao longo de cada período letivo com referências bibliográficas que respondam às necessidades individuais.

ESTÁGIO EM ENSINO DOCENTE ORIENTADO

Código: SFA04

Ementa: Esta disciplina visa proporcionar uma experiência de docência em nível de Graduação aos alunos do PPGSOF. A disciplina será supervisionada inteiramente por um ou mais professores do programa. Os professores supervisores darão a menção ao(s) estudante(s) responsável(is) pela disciplina.

DISCIPLINAS ELETIVAS POR LINHAS DE PESQUISA

LINHA 1: TERRITORIALIDADES E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA

ESTADO, MIGRAÇÃO E FRONTEIRAS

Código: SFE11

Professores: Dr. João Carlos Jarochinski Silva; Dr. Gustavo de Frota Simões, Dra. Márcia Maria de Oliveira

Ementa: Analisar os processos migratórios a partir do prisma estatal, os quais evidenciam políticas de permissão de entradas, de integração, de exclusões, de atendimento de normas internacionais, de acolhida humanitárias, entre outros, os quais, desenvolveram-se a partir do próprio processo de construção dos Estados Modernos e o estabelecimento de fronteiras. Aprofundar as reflexões sobre a forma que essas atuações estatais impactam nos contextos fronteiriços e sobre as pessoas, principalmente quando estão em mobilidade que ultrapassa soberanias estatais distintas, relacionando contextos políticos e jurídicos na construção dessa interação entre os Entes estatais e suas descontinuidades, como as fronteiras, com os migrantes, notadamente os internacionais.

Bibliografia básica:

BAUMAN, Z. Vidas desperdiçadas. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.



CRISP, J. Movimientos migratorios mixtos – Un documento elaborado para El Foro Global sobre Migración y Desarrollo. In: ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados ACNUR. [2007]. Disponível em:
<<http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/7180.pdf?view=1>>. Acesso em: 18 maio 2014.

FOUCHER, M. Obsessão por fronteiras. São Paulo: Radical Livros, 2009.

RIBAS MATEOS, N. Una invitación a la sociología de las migraciones. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2004.

REIS, R. R. Políticas de imigração na França e nos Estados Unidos. São Paulo: Hucitec, 2006.

PELLEGRINO, A. Migraciones. Montevideo: IMPO, 2014 (Serie Nuestro Tiempo, n. 12).

SAYAD, A. A imigração: ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Edusp, 1998.

SASSEN, S. The mobility of labor and capital. Cambridge: University Press, 1988.

SILVA, J. C. J. A situação do imigrante ilegal hoje – O ressurgimento do homo sacer. Universitas: Relações Internacionais, v.10, n. 2, p. 79-89, 2012.

_____. Uma análise sobre os fluxos migratórios mistos. In: RAMOS, A. C.; RODRIGUES, G.; ALMEIDA, G. A. (Org.). 60 Anos de ACNUR: perspectivas de futuro. São Paulo: CLA Cultural, 2011. p. 201-220.

TERRITORIALIDADES URBANAS, ESPAÇO E PLANEJAMENTO

Código: SFE12

Professores: Dra. Francilene dos Santos Rodrigues; Dra. Ana Lia Farias Vale; Dra. Carla Monteiro de Souza

Ementa: Análise social da produção do espaço urbano a partir de um planejamento territorial regional enfatizando a importância do domínio do lugar, portanto território, num estudo crítico e analítico do desenvolvimento partindo dos componentes urbanos e seus reflexos na política de integração, centrado na importância da (re)ativação do planejamento regional a partir da perspectiva da mobilidade territorial articulada pelos elementos condicionantes do desenvolvimento regional no espaço global.

Bibliografia básica:

BECKER, Dizimar Fermiano. A economia política do desenvolvimento contemporâneo: algumas considerações teórico-históricas. **Revista Extensão Rural**, ano VIII, p. 34-51, jan./dez. 2001. Disponível em: <<http://oaji.net/articles/2014/1572-1420681807.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. Secretaria de Programas Regionais. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.unc.br/mestrado/mestrado_materiais/10.03.08_-_PNDR_texto_prova_seletiva.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2017.



_____. **Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012.** Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nos 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e das Leis nos 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. Brasília, Subchefia de Assuntos Jurídicos, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112587.htm>. Acesso em: 20 fev. 2017.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **GEOgraphia**, Niteroi, v. 1, n. 2, p. 7-26, 1999. Disponível em: <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/16/14>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

FAYAD, Karime; BESCIAK, Nadia Cibele. Cidade e diversidade: perspectivas para o próximo urbanismo. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 17, 2017, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FAUUSP/ANPUR, 2017. p. 1-12. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessesoes_Tematicas/ST_2010/ST_2010.6/ST_2010.6-01.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017.

GODOI, Emília Pietrafesa de. Territorialidade: trajetória e usos do conceito. **Raízes**, v. 34, n. 2, p. 8-16, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_339.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2016.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. Tradução Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EDUSP, 2010. 312 p. (Ponta; 5). (Traduzido do original: The social production of urban space).

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400 p.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, Niterói, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/213/205>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

_____. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz et al. (Org.). **A emergência da multiterritorialidade**: a resignificação da relação do humano com o espaço. Canoas: ULBRA; Porto Alegre: EdUFRGS, 2008. p. 19-36.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Etc, espaço, tempo e crítica**. n. 2(4), v. 1, 15 ago. 2007. (ISSN 1981-3732). Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/territorio_globalizacao.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2017.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 37-66. Disponível em: <http://www.unemat.br/prppg/ppgca/docs2013/territorio_integracao_sociopancional.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2017.



LEMOS, André. Cultura da mobilidade. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 40, p. 28-35, dez. 2009. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/6314/4589>>.

Acesso em: 23 fev. 2017.

KARAM, Ricardo Antônio de Souza. **A economia política do desenvolvimento territorial**: uma análise da diversidade institucional na agenda brasileira. Rio de Janeiro, 2012. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pped/defesas/07-Ricardo_Karam.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2017.

KOHLHEPP, Gerd. Estratégias de desenvolvimento regional na Amazônia Brasileira. **Revista FINISTERRA**, Lisboa, v. 16, n. 31, p. 63-94, 1981. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2191>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. **GEOgraphia**, Niterói, v. 1, n. 1, p. 71-91, 1999. Disponível em: <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/7/6>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

MATOS, Patrícia de Oliveira. **Análises dos Planos de Desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND**. 2002, 184 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2002. Disponível em: <http://engepro.ufpel.edu.br/use/material_ensino/alj/2014_2/EconInd/material/material/artigos/di ss.planos.economicos.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2017.

MULS, Leonardo Marco. Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. **Economia**, Brasília (DF), v. 9, n. 1, p. 1-21, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://anpec.org.br/revista/vol9/vol9n1p1_21.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2017.

OLIVEIRA, Elisa Quint de Souza de; MARTINS, Pedro. Inclusão territorial: efetividade do direito via perspectiva antropológica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 17, 2017, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FAUUSP/ANPUR, 2017. p. 1-15. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST_2010/ST_2010.1/ST_2010.1-03.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017.

PERES, Renata Bovo; CHIQUITO, Elisângela de Almeida. Ordenamento territorial, meio ambiente e desenvolvimento regional: novas questões, possíveis articulações. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 14, n. 2, p. 71-86, nov. 2012. Disponível em: <http://www.academia.edu/27078942/ORDENAMENTO_TERRITORIAL_MEIO_AMBIENTE_E_DESENVOLVIMENTO_REGIONAL>. Acesso em: 07 fev. 2017.

QUANDT, Carlos Olavo. Inovação e território: elementos para a formulação de políticas de capacitação tecnológica e desenvolvimento regional. **Texto para Discussão**, n. 05/98. Curso de Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Paraná, ago. 1998.



Disponível em: <raceadm3.nuca.ie.ufrj.br/buscarace/Docs/quandt1.doc>. Acesso em: 22 jan. 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269 p. (Série Temas, 29).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed., 2. reimpr. São Paulo: EdUSP, 2006. 259 p. (Coleção Milton Santos; 1)

SILVEIRA, María Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século 21: a história de um livro. **Acta Geográfica**, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011. p. 151-163. Disponível em: <<http://revista.ufr.br/index.php/actageo/article/view/556>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

SOTO, William Héctor Gómez. A dialética do Desenvolvimento Regional: capital social, democracia, redes empresariais e dinâmicas territoriais. In: BECKER, Dinizar Fermiano; WITTMANN, Milton Luzi. **Desenvolvimento Regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. Disponível em: <http://projetos.unioeste.br/pos/media/File/Gestao-Des-Regional/docs/Linha1-SOTO-2003_dialectica_do_desenvolvimento_regional.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Revista Território**, ano 11, n. 3, p. 15-35, jul./dez. 1997. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/03_3_souza.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2017.

_____. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 192 p.

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe. Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 15, p. 119-126, 2004. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp15/Artigo8.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

DINÂMICAS MIGRATÓRIAS NAS AMAZÔNIAS

Código: SFE13

Professores: Dra. Francilene dos Santos Rodrigues; Dra. Ana Lia Farias Vale; Dra. Carla Monteiro de Souza

Ementa: Enfoque na questão teórica da migração em suas diferentes variantes, destacando as redes de relacionamentos entre migrantes/migrantes e migrantes/população tradicional e suas diversas manifestações de poder no espaço Amazônico, mapeando as mudanças sociais, que permeiam o espaço transfronteiriços, onde a cultura migratória demarca e transforma territórios, dando origem a novas e híbridas culturas reproduzindo o espaço social.

Bibliografia básica:

ARAGÓN, Luis Eduardo. Migração internacional acumulada na Amazônia. **Papers do NAEA**, n. 277, nov. 2010. Belém: NAEA/UFPA, 2010. Disponível em: <<http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/375>>. Acesso em: 24 out. 2017.



ARAGÓN, Luis Eduardo. Para uma agenda de pesquisa sobre as migrações internacionais na Amazônia. Biblio 3W, **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, v. XIX, n. 1067, p. 1-22, mar. 2014. Serie documental de Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1067.htm>>. Acesso em: 24 out. 2017.

BRITO, Fausto; PINHO, Breno A. T. D. de. Distribuição espacial da população, urbanização e migrações internas no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 19, 2014. **Anais...** [recurso eletrônico] População, Governança e Bem-Estar, 24 a 28 de novembro de 2014. São Pedro, SP: ABEP, 2014. Disponível em: <http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-1-1-358-406.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **GEOgraphia**, Niteroi, v. 1, n. 2, p. 7-26, 1999. Disponível em: <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/16/14>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

FAZITO, Dimitri. A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002, Ouro Preto-MG. **Anais...** Ouro Preto, nov. 2002. p. 1-25. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST1_Fazito_texto.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2014.

_____. Análise de redes sociais e migração: dois aspectos fundamentais do retorno. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 25, n. 72, fev. 2010, p. 89-100. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n72/v25n72a07.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

FUSCO, Wilson. **Redes sociais na migração internacional**: o caso de Governador Valadares. Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de População, 2001, 85 p. (Textos Nepo, 40). Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_40.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2017.

GODOI, Emília Pietrafesa de. Territorialidade: trajetória e usos do conceito. **Raízes**, v. 34, n. 2, p. 8-16, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_339.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2016.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400 p.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Niterói, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/213/205>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

_____. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz et al. (Org.). **A emergência da multiterritorialidade**: a resignificação da relação do humano com o espaço. Canoas: ULBRA; Porto Alegre: EdUFRGS, 2008. p. 19-36.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão



social. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004, p. 37-66. Disponível em:
<http://www.unemat.br/prppg/ppgca/docs2013/territorio_integracao_sociopancional.pdf>.
Acesso em: 22 fev. 2017.

LEE, Everet Spurgeon. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, Hélio Augusto de. (Coord.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, t. 1. p. 89-114. (Estudos Econômicos e Sociais; 4). (Traduzido do original: a Theory on migration).

LEMONS, André. Cultura da mobilidade. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 40, p. 28-35, dez. 2009. Disponível em:
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/6314/4589>>.
Acesso em: 23 fev. 2017.

MATOS, Ralfo; BRAGA, Fernando. Redes sociais, redes territoriais e migrações. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004. Caxambu-MG. **Anais...** 20 a 24 de setembro de 2004. Caxambu: ABEP, 2004. p. 1-21. Disponível em:
<http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. Conceitos básicos, definições e mensuração da migração interna: excertos do Manual VI da ONU. Tradução José Alexandre Robatto Orrico. In: MOURA, Hélio Augusto de (Coord.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, t. 1, p. 313-353. (Estudos Econômicos e Sociais; 4). (Traduzido do original: Naciones Unidas, Manual VI: métodos de medición de la migración interna).

PÓVOA NETO, Hélio. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual: novos desafios para a análise. **Revista Experimental**, São Paulo, FFLCH/USP, n. 2, p. 11-24, mar. 1997. Disponível em:
<<http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/laboplan/exp.html>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269 p. (Série Temas, 29).

RAVENSTEIN, Ernst Georg. As leis da migração. In: MOURA, Hélio Augusto de (Coord.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, t. 1. p. 19-88. (Estudos Econômicos e Sociais; 4). (Traduzido do original: The laws of migration).

SALIM, Celso Amorim. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8, 1991, Campinas. **Anais...** Campinas: ABEP. 3, p. 119-144, 1992. Disponível em:
<<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/609/589>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

SINGER, Paul Israel. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, Hélio Augusto de (Coord.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, t. 1. p. 211-244. (Estudos Econômicos e Sociais; 4).



SOARES, Weber. Para além da concepção metafórica de redes sociais: fundamentos teóricos da circunscrição topológica da migração internacional. *ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 13, 2002, Ouro Preto-MG. **Anais...** Ouro Preto, nov. 2002. p.1-27. Disponível em:
<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST1_Soares_texto.pdf>.
Acesso em: 17 jun. 2014.

_____. Análise de redes sociais e os fundamentos teóricos da migração internacional. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 101-116, jan./jun. 2004. Disponível em: <<https://www.rebep.org.br/revista/article/view/284>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

DESIGUALDADES POLÍTICAS E EFEITOS PSICOSSOCIAIS

Código: SFE14

Professores: Dra. Eliane Silvia Costa; Dra. Francilene dos Santos Rodrigues

Ementa: Desigualdade social. Classismo, racismo e sexismo. Discriminação étnico-racial. Intersecção raça, classe e gênero. Efeitos psicossociais da dominação. Pesquisas sobre dominação. Políticas Públicas Afirmativas. Identidades políticas.

Bibliografia básica:

BENTO, BERENICE. A reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, pp.133-179.

BUTLER, JUDITH. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 01-59.

CARONE, IRAY & BENTO, MARIA APARECIDA SILVA (Orgs.), *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CRENSHAW, KIMBERLE. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, ano 10, primeiro semestre, p. 171-198, 2002.

DI GIOVANNI, GERALDO. As estruturas elementares das políticas públicas. *Caderno de Pesquisa*, (82), NEPP-UNICAMP, 2009.

FREYRE, GILBERTO. O brasileiro como tipo nacional de homem situado no trópico. *Revista Brasileira de Cultura do Ministério da Educação e Cultura, Conselho Federal de Cultural*, ano 2, (6), 41-57, 1970.

GONÇALVES FILHO, JOSÉ MOURA. Humilhação social – um problema político em psicologia. *Psicologia Revista*, v. 9, 1998.

HASENBALG, CARLOS. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil In MAIO, MARCOS CHOR. & SANTOS, RICARDO VENTURA, *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 1996, p. 235-249.

MUNANGA, KABENGELE. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB*. Rio



de Janeiro, 2003.

MUNANGA, KABENGELE. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004

SCOOT, JOAN. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: S.O.S

LINHA 2: INTERCULTURALIDADE E PROCESSOS SOCIAIS NA AMAZÔNIA

DIVERSIDADE SOCIAL NA AMAZÔNIA E INTERCULTURALIDADE

Código: SFE21

Professores: Dr. Maxim Repetto; Dr. Alfredo Ferreira de Souza; Dr. Fábio Almeida de Carvalho

Ementa: A pluralidade de conceitos para Interculturalidade. O contato entre culturas. Compreensão da interculturalidade como fator às múltiplas relações sociais, tendo como foco o estudo das seguintes interfases, noções e conceitos: relações entre pertencimento e estranhamento; igualdade e diferença; discriminação e conflito; construção da identidade diante da alteridade; mediação cultural; encontros e conversões entre saberes na Amazônia.

Bibliografia básica:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras Tradicionalmente Ocupadas. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008. (pags:21-61)

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. 1986. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. *Cultura com aspas*. São Paulo: CosacNaify. 2009. p. 235-244.

DIEGUES, Antonio Carlos & MOREIRA, Andréa de Castro (Orgs.). Espaços e Recursos naturais de Uso comum. São Paulo: Nupalbe-USP, 2001.

GASCHÉ, Jorge & MENDOZA, Napoleón Vela. SOCIEDAD BOSQUESINA. Ensayo de antropología rural amazónica, acompañado de una crítica y propuesta alternativa de proyectos de desarrollo. Perú: IIAP / CIES / CIAS, 2011. Tomo I e II.
<http://www.sociedadbosquesina.pe/sociedad-bosquesina-el-libro>

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HALL, Stuart. Identidade cultural na pós-modernidade. São Paulo: Editora DP&A, 2007.

MONTERO, Paula (org.). Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O Nascimento do Brasil e Outros Ensaio. Pacificação, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

RAMOS, Alcida, ALBERT, Bruce, Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico. São Paulo: Unesp, 2002.



WRIGHT, Robin (org.). Transformando os deuses: os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil, volume I. Campinas: Unicamp, 1999.

DESENVOLVIMENTO, GLOBALIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Código: SFE22

Professores: Dra. Ana Lucia de Sousa

Ementa: Revisão de conceitos econômicos e sociológicos para a compreensão da fase atual do capitalismo; as implicações do processo de globalização nos rumos da economia brasileira; a reestruturação produtiva e o remodelamento das relações de trabalho; as compreensões das agências supranacionais acerca da América Latina: diagnóstico e propostas (BIRD, FMI, CEPAL e UNESCO).

Bibliografia Básica:

ALTVATER, E. **O preço da riqueza**. São Paulo: Ed. Unesp, 1995.

ARRIGHI, G.; SILVER, B. J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001.

BORON, A. **A Coruja do Minerva: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. **Crise econômica e reforma do estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

CHUSSUDOVSKY, M. **A Globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo: Moderna, 1999.

FIORI, J. L. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GORENDER, J. Globalização, tecnologia e relações de trabalho. **Revista estudos avançados – USP**. Vol. 11, Nº 29, 1997.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LEHER, R. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para —alívio || da pobreza**. Tese de doutoramento. USP, São Paulo, 1998.

EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

Código: SFE23



Professores: Dr. Maxim Repetto, Dra. Maria Luiza Fernandes; Dr. Fábio Almeida de Carvalho; Dra. Ana Lucia de Sousa

Ementa: O tema da educação ganhou um campo novo de discussão teórico-metodológico no contexto Latino Americano ao ser associado ao debate sobre Interculturalidade. Esta perspectiva deu força à reflexão no contexto dos Estados Nacionais sobre os direitos sociais e culturais e a participação dos diversos grupos sociais historicamente excluídos dos processos de tomada de decisões. Assim, cidadania e direitos políticos passam a vincular-se a direitos humanos e à participação em Estados Plurais. Desta forma, a presente disciplina busca estudar e pesquisar as diferentes definições conceituais vinculadas aos processos de Educação, Cidadania, Direitos Humanos e Interculturalidade. Busca-se, também, concretizar estudos no contexto de fronteiras e países amazônicos caracterizados por uma ampla diversidade de grupos sociais e do surgimento de importantes demandas por participação e reconhecimento de direitos, o que implica, não apenas numa revisão conceitual, mas, sobretudo, no exercício de direitos concretos no interior dos Estados nacionais.

Bibliografia Básica:

ALCONCÉ, Carlos. Experiência Educacional e Desenvolvimento Local: uma estratégia de pacificação de *ayllus* no conflito por terras. In: Ignácio Hernaiz (Org). **Educação na Diversidade: experiências e desafios na Educação Intercultural Bilingüe**. Brasil: UNESCO / MEC-Brasil, 2009, pp. 199-208.

BELLO MALDONADO, Álvaro. Ciudadanía Intercultural en América Latina: la búsqueda de un marco conceptual. In: Santiago Alfaro; Juan Ansión & Fidel Tubito (Editores). **Ciudadanía Intercultural. Conceptos y pedagogías desde América Latina**. Peru: Fondo Editorial PUCP, 2008, pp. 29-48.

BELLO MALDONADO, Álvaro.. Derechos Humanos y Derechos de los Pueblos Indígenas. In: **Etnicidad y Ciudadanía en América Latina**. La Acción colectiva de los pueblos indígenas. Chile: CEPAL / ONU, 2004, pp. 75-119.

BERTELY BUSQUETS, Maria. Educación Intercultural para la Ciudadanía y la Democracia Activa y Solidaria. Una crítica de la Otra educación al multiculturalismo neoliberal y comunitarista. In: Gunther Dietz; Rosa Mendoza & Sergio Tellez (Editores). **Multiculturalismo, educación intercultural y derechos indígenas en las Américas**. Quito: Ecuador: Abya-Yala, 2008. pp. 267-302.

ECHEVERRI, Juan Álvaro. ¿De Chagrera a Secretaria? Balance de algunas acciones em etnoeducación em el Amazonas colombiano. In: Maria Bertely, Jorge Gasché & Rossana Podestá (Coordinadores). **Educando en la Diversidad. Investigaciones y Experiencias educativas interculturales y bilingües**. Quito: Ecuador: Abya-Yala / CIESAS / IIAP, 2008, pp.135-165.

FORNET-BETANCOURT, Raul. **Interculturalidade. Críticas, diálogo e perspectivas**. São Leopoldo (RS): Nova Harmonia, 2004.

GASCHÉ, Jorge. La Motivación Política de la Educación Intercultural Indígena y sus Exigencias Pedagógicas. ¿Hasta dónde abarca la Interculturalidad?. In: Maria Bertely, Jorge Gasché & Rossana Podestá (Coordinadores). **Educando en la Diversidad. Investigaciones y Experiencias**



educativas interculturales y bilingües. Quito: Ecuador, Abya-Yala / CIESAS / IIAP, 2008, pp. 367-397.

LÓPEZ, Luis Enrique. Interculturalidad, Educación y Política en América Latina: perspectivas desde el Sur pistas para una investigación comprometida y dialogal. In: . Luis Enrique López (Editor). **Interculturalidad, Educación y Ciudadanía. Perspectivas latinoamericanas.** Bolivia: FUNPROEIB Andes / PLURAL, 2009, pp. 129-218.

RODRÍGUEZ, Miguel Ángel. Una Mirada al Nacimiento de la Educación Intercultural Bilingüe. In: Miguel Ángel Rodríguez (Coordinador). **II Foro Latinoamericano de Educación, Ciudadanía, Migración e Interculturalidad.** México: CGEIB / FLPE / OCE / Contracorrientes / AAI / TT, 2006, pp. 23-36.

TUBINO, Fidel. El Interculturalismo Latinoamericano y los Estados Nacionales. In Miguel Rodríguez (Compilador). **Foro de Educación, Ciudadanía e Interculturalidad.** México: CGEIB / OCE / FLPE / Contracorrientes, 2004.

YAPU CONDO, Pánfilo. A Educação Intercultural Bilíngüe na Reforma Educacional Boliviana. In: Ignácio Hernaiz (Org). **Educação na Diversidade: experiências e desafios na Educação Intercultural Bilíngüe.** Brasil: UNESCO / MEC-Brasil, 2009. pp. 215-232.

MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

Código: SFE24

Professores: Dr. Maxim Repetto

Ementa: Esta disciplina busca estudar e refletir sobre a formação dos movimentos sociais no continente americano, com ênfase na região amazônica e suas fronteiras, estudando tanto os contextos históricos nos quais surgiram, os atores sociais envolvidos, assim como suas reivindicações. Nesta perspectiva valoramos os movimentos sociais como geradores de novas epistemologias na luta contra a dominação hegemônica imposta pelos estados nacionais. Um elemento importante deste tema de estudo será a identificação e análise dos fundamentos teóricos e epistemológicos dos movimentos sociais, assim como a análise de diferentes situações sociais concretas no contexto das fronteiras e dos Estados Amazônicos e Latino-americanos. Serão estudos nesta disciplina os fundamentos teóricos do estudo dos movimentos sociais, movimentos indígenas e o conceito de etnogênese, movimentos afro, movimento camponês.

Bibliografia básica:

BARABAS, Alicia. Utopias Indias. Movimientos sociorreligiosos em México. México: GRIJALBO, 2002. (p. 37-97).
http://digitalrepository.unm.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1263&context=abya_yala

BARTOLOME, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Mana* [online]. 2006, vol.12, n.1 [cited 2017-09-11], pp.39-68. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-



93132006000100002&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0104-9313. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132006000100002>.

BENGOA, José. (2000). La emergencia indígena en América Latina. FCE, Santiago, Chile. Primera parte. Pág. 17-148

CAMPOS, Luis. El reconocimiento de nuevas identidades: cómo enfrentar la etnogénesis desde la Academia. En Trincherro, Valverde, Campos Pueblos Indígenas, Estados Nacionales y Fronteras. Editora Clacso – UBA – UAHC.

COHEN, J.; TOURAINÉ, A.; MELUCCI, A.; HENKINS J. Teorías de los Movimientos Sociales. Costa Rica, FLACSO, 1985.

DUCONGE, Giselle I y LUBE GUIZARDI, Menara. Afroariqueños: configuraciones de un proceso histórico de presencia. *Estud. atacam*. [online]. 2014, n.49 [citado 2017-09-11], pp.129-151. Disponible en: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-10432014000300008&lng=es&nrm=iso>. ISSN 0718-1043. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-10432014000300008>.

ESCOBAR, Arturo; ALVAREZ, Sonia & DAGNINO, Evelina. Política Cultural y Cultura Política. Una Nueva mirada sobre los movimientos sociales latinoamericanos. México, Editorial Taurus, 2000.

GOHN, Maria da Gloria. Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos. Brasil, Edições Loyola, 2007.

GUTIÉRREZ, Raquel & ESCÁRZAGA, Fabiola (organizadoras). Movimiento Indígena en América Latina: resistencia y proyecto alternativo. Volumen II. México: Casa Juan Pablos, CEAM, BUAP, 2006. (p. 68-74; 98-121; 150-160)

PEREIRA. Do Posseiro ao Sem Terra: o deslocamento da luta pela terra no sul e sudeste do Pará. . In: Do Posseiro ao Sem Terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Recife: editora UFPE, 2015.(287-323)

POLI, Odilon. Leituras em Movimentos Sociais. Chapecó: Grifos, 1999. (p. 43-163).

REPETTO, Maxim. Movimentos Indígenas e Conflitos Territoriais no estado de Roraima. Boa Vista: Editora UFRR, 2008.

RESTREPO, Eduardo. Etnización de la negridad. Editorial Universidad del Cauca, 2013.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. (2008). Una mercancía indígena y sus paradojas. La hoja de coca en tiempos de globalización. PDF.

ROSA, Marcelo. Engenho dos Movimentos Sociais. Reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. (p. 157-218).

ROTHMAN, F.; MAGNO, L.; DELESPOSTE, A. Na Certeza de que a Luta Continua. A histórica resistência às Barragens na comunidade rural Casa Nova, Município Guaraciaba – MG. In: ZHOURI, Andréa (Org.). As Tensões do Lugar. Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. (238-271)



SEGATO, Rita Laura. Identidades políticas y alteridades históricas. Una crítica a las certezas del pluralismo global. Revista Nueva Sociedad 178. Identidades y alteridades históricas.

TARROW, Sidney. El poder en movimiento. Alianza Editorial, Madrid, 1997.

ZHOURI, A. GOMES, L. Da Invisibilidade à Resistência. Atores-rede no licenciamento ambiental das hidrelétricas Capim Branco I e II, MG. In: ZHOURI, Andréa (Org.). As Tensões do Lugar. Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. (273-293)

LINHA 3: TERRITORIALIDADES E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA

FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA E A QUESTÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Código: SFE31

Professores: Dra. Maria das Graças S. Dias; Sandra Maria Franco Buenafuente; Dr. Américo Alves de Lyra Junior

Ementa: Processo de formação socioeconômica da Amazônia: recursos, população e políticas de ocupação do período colonial até a atualidade. Políticas de desenvolvimento e modernização da Amazônia: grandes projetos e conflitos socioeconômicos e ambientais. Aproveitamento dos recursos naturais: limites e alternativas para o Desenvolvimento Sustentável. Mercado, políticas ambientais e impactos na Amazônia. Indicadores de sustentabilidade da Amazônia.

Bibliografia básica:

BECKER, B. Amazônia: **Geopolítica na Virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BECKER, B; STENNER, C. **Um Futuro para a Amazônia**. São Paulo: Oficinas de Textos: 2008.

BENCHIMOL, S. **Amazônia: Formação Social e Cultural**. 3ª Ed. Manaus: Valer, 2009.

BERMEJO. R. **La Gran Transición Hacia la Sostenibilidad: principios y estrategias de economía sostenible**. Madrid: catarata, 2005.

CAVALCANTI, C. (org.). **Meio ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. 2 ed., São Paulo: Cortez, 2001.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do Desenvolvimento Sustentável**. Ed. UNICAMP: Campinas, 2001.

FORLAINE, L. C; MURRIETA, R. S. S; VIEIRA, I. C. G. (Orgs.). **Amazônia Além dos 500 Anos**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2005.

GUIMARÃES, R. P. **Desenvolvimento Sustentável: da retórica à formulação de Políticas públicas**. In: BECKER, B.K e MIRANDA, M. (orgs.). A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p.13-44.



- KITAMURA, P. C. **A Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: EMBRAPA, 1994.
- PEARCE, D. W; TURNER, R. **Economía de los Recursos Naturales y Medio Ambiente**. Madrid: Celeste Ediciones, 1995.
- RICKLESKS, R. E. **A Economia da Natureza**. Rio de Janeiro: Guanabara: Koogan, 2003.
- SCHIMINK, M; WOOD, C. H. **Conflitos Sociais e a Formação da Amazônia**. Belém: Edufpa, 2012.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Economia e Sociedade em Áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- DEAN, Warren. **A luta pela borracha na Amazônia: Estudo de história ecológica**. São Paulo, 1989.
- WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia. Expansão e Decadência 1850-1920**. São Paulo: Hucitec, EDUNESP, 1993.

NATUREZA, SOCIEDADE, ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE

Código: SFE32

Professores: Dra. Sandra Maria Franco Buenafuente; Dra. Maria das Graças S. Dias

Ementa: Biodiversidade, Serviços Ambientais, Sociedade e Economia. Economia de Mercado e Economia Tradicional. Desenvolvimento, Crescimento e Sustentabilidade. Inclusão Social e Conservação Ambiental. Governança e Políticas Públicas Ambientais. Conservação, Preservação e Desenvolvimento com Sustentabilidade.

Bibliografia básica:

- ALIER, Joan M. **Da Economia Ecológica ao Ecologismo Popular**. Blumenau: Edifurb, 1998.
- BERMEJO, R. **La gran transición hacia la Sostenibilidad: principios y estrategias de economía sostenible**. Madrid: catarata, 2005.
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **Ensayos Bioeconómicos**. Madrid-ES: Los Libros de la Catarata, 2007.
- Herman Daly, Joshua Farley. **Economia Ecológica: princípios e aplicação**. São Paulo: Annablume, 2016.
- LOPES, Fernando Giachini e FUJIHARA, Marco A. **Sustentabilidade e Mudanças Climáticas**. São Paulo: Editora Senac Geral, 2009.
- PEARCE, D. W; TURNER, R. **Economía de los Recursos Naturales y Medio Ambiente**. Madrid: Celeste Ediciones, 1995.
- RICKLESKS, R. E. **A Economia da Natureza**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara: koogan, 2017.
- VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.



GÊNERO, TERRITÓRIOS E CORPOS DE RESISTÊNCIA

Código: SFE33

Professores: Dra. Francilene dos Santos Rodrigues; Dra. Márcia Maria de Oliveira

Ementa: O território não é apenas o espaço físico, mas o lugar onde se estabelecem as relações sociais, as relações de dominação e subordinação. O território é o espaço em que Capitalismo e patriarcalismo se impõem para subjugar e doutrinar os corpos dos trabalhadores e, principalmente os corpos femininos. Das diversas formas de dominação e exploração de classe, de raças e de gênero emergem estratégias de enfrentamento aberto e de resistências sutis e invisíveis reconhecidas em todos os processos históricos. Portanto, essa disciplina tem como objetivo discutir o processos de construção do gênero feminino em especial, na Amazônia e as diversas formas em que os corpos femininos transformaram-se em territórios de resistência ao capitalismo e ao patriarcalismo. A singularidade da região Amazônica não está apenas na sua biodiversidade e diversidade sociocultural, mas por ser um espaço em que historicamente as relações humanas, as relações com o entorno estiveram fortemente marcadas pelas relações de gênero.

Bibliografia básica:

APPADURAI, Arjun. 1994 "Disjuncture and difference in the global cultural economy" in Patrick Williams and Laura Chrisman (eds.) Colonial Discourse and PostColonial Theory, Columbia University Press, New York.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Maria José; ROCHA, Betty Nogueira. As cercas (in) visíveis da patronage: limites e possibilidades da construção de territórios de desenvolvimento. Seminário Temático 26, 31º Encontro da ANPOCS, Caxambu-MG, 2007

[<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/31-encontroanual-da-anpocs/st-7/st26-3/3060-mariacarneiro-as-cercas/file>]

FEDERICI, SILVIA. *Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpos e acumulação primitiva*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017. Disponível em http://coletivosycorax.org/wpcontent/uploads/2016/08/CALIBA_E_A_BRUXA_WEB.pdf

TORRES, Iraildes Caldas. *As novas amazônidas*. Manaus: Editora da UFAM.

TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES NA AMAZÔNIA

Código: SFE34

Professores: Dra. Ana Lia Faria Vale; Dra. Carla Monteiro de Souza

Ementa: Análise social do conceito de território e o processo de territorialidade (reterritorialidade/desterritorialidade/multiterritorialidade), com enfoque materialista por meio das concepções naturalista, econômica, jurídico-política e cultural na Amazônia, levando em consideração as correntes filosóficas na sociedade pós-moderna (paradigmas, perspectivas e dificuldades), voltadas para a resolução de problemas referentes ao território amazônico e as territorialidades vinculadas ao uso dos recursos da região, que se encontram em acelerado processo



de transformação, tecendo modernas representações no cenário global, oscilando entre fronteira energética ou “santuário natural”, apresentadas a partir das fragilidades de políticas públicas, oportunizando o resgate do modo de vida, voltado para o uso responsável dos recursos territoriais pelas populações locais.

Bibliografia básica:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 63-71, jan./abr. 2012. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3476/347632187005.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

BECKER, Berta Koiffman. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências humanas, Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v5n1/a03v5n1.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

CASTRO, Edna Maria Ramos de (Org.). **Territórios em transformação na Amazônia**: saberes, rupturas e resistências. Belém: NAEA, 2017. 408 p. Disponível em: <<http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/livro>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **GEOgraphia**, Niteroi, v. 1, n. 2, p. 7-26, 1999. Disponível em: <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/16/14>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

GODOI, Emília Pietrafesa de. Territorialidade: trajetória e usos do conceito. **Raízes**, v. 34, n. 2, p. 8-16, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_339.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2019.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002. 186 p.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400 p.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, Niterói, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/213/205>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

_____. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz et al. (Org.). **A emergência da multiterritorialidade**: a resignificação da relação do humano com o espaço. Canoas: ULBRA; Porto Alegre: EdUFRGS, 2008. p. 19-36.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Etc, espaço, tempo e crítica**. n. 2(4), v. 1, 15 ago. 2007. (ISSN 1981-3732). Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/territorio_globalizacao.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2019.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004,



p. 37-66. Disponível em:
<http://www.unemat.br/prppg/ppgca/docs2013/territorio_integracao_sociopancional.pdf>.
Acesso em: 29 ago. 2019.

KOHLHEPP, Gerd. Estratégias de desenvolvimento regional na Amazônia Brasileira. **Revista FINISTERRA**, Lisboa, v. 16, n. 31, p. 63-94, 1981. Disponível em:
<<http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2191>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

NAASE, Karin Marita. Populações, territorialidades e Estado na Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências humanas, Belém, v. 5, n. 1, jan./abr. 2010. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v5n1/a02v5n1.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

PERES, Renata Bovo; CHIQUITO, Elisângela de Almeida. Ordenamento territorial, meio ambiente e desenvolvimento regional: novas questões, possíveis articulações. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 14, n. 2, p. 71-86, nov. 2012. Disponível em:
<http://www.academia.edu/27078942/ORDENAMENTO_TERRITORIAL_MEIO_AMBIENTE_E_DESENVOLVIMENTO_REGIONAL>. Acesso em: 29 ago. 2019.

SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 368 p.

SILVA, Christian Nunes da; LIMA, Ricardo Ângelo Pereira de; Silva, João Marcio Palheta da. (Org.). **Territórios, ordenamentos e representações na Amazônia**. Belém: GAPTA/UFPA, 2017. 442 p.

SILVA, Ivana de Oliveira Gomes; SILVA, Paulo Lucas da. Usos do conceito geográfico “território” e sua relevância na análise de conflitos territoriais e socioambientais na Amazônia. **Revista Pegada**, v. 17, n. 1, p. 47-66, jul. 2016. Disponível em:
<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/4030/3425>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

TÓPICOS ESPECIAIS

Código: SFT01 (serão criados códigos a partir da oferta de Tópicos, nessa sequência SFT02...)

Ementa: Serão oferecidos a partir das necessidades de alunos e professores (inclusive visitantes) em apresentar discussões sobre temas variados e pertinentes ao Programa quanto aos seus aspectos teóricos, metodológicos e temáticos.

Bibliografia básica:

A bibliografia será apresentada pelo professor quando da oferta do Tópico Especial.



Anexo II

REGIMENTO INTERNO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS

TÍTULO I DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* - MESTRADO

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º O Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF é composto pelo curso *stricto sensu*, denominado Mestrado em Sociedade e Fronteiras, e tem como objetivos:

- I - desenvolver o estudo e a pesquisa sobre a sociedade e as fronteiras em geral e da região Amazônica em especial;
- II - formar docentes e pesquisadores, bem como profissionais capazes de prestar serviços especializados a entidades governamentais, empresas públicas e privadas, entidades não governamentais e movimentos sociais organizados e que por suas naturezas, propósitos e funções, demandam a compreensão das potencialidades, limitações, interesses, normas, instituições, políticas e programas relacionados à dinâmica da Amazônia;
- III - produzir e difundir, em âmbito institucional e nas sociedades regional, nacional e global, estudos e pesquisas de relevância sobre as problemáticas e complexidades da Amazônia;
- IV - contribuir e cooperar, em plano internacional, com o desenvolvimento da ciência e da educação, com atenção especial na Amazônia;
- V - conferir o grau de Mestre em Sociedade e Fronteiras.

Parágrafo único. O PPGSOF, subordinado diretamente a Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-Graduação, regula-se pelo Estatuto e Regimento Geral da UFRR, pelo Regimento da Pós-Graduação *Scripto Sensu* e pelas Resoluções das instâncias competentes da UFRR e por este Regimento.



CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 2º A estrutura do Programa é constituída por:

- I - Colegiado de Pós-Graduação;
- II - Comissão de Pós-Graduação, composta pelo Coordenador do Curso, pelo Vice- Coordenador, por um Representante de cada Linha de Pesquisa e por um discente;
- III - Coordenação e vice coordenação;
- IV - Comissão de Bolsas;
- V - Secretaria Geral do Programa.

Seção I

Do Colegiado do PPGSOF

Art. 3º O Colegiado do PPGSOF é um órgão deliberativo, constituído pelos docentes do quadro Permanente, pertencentes ao quadro de Pessoal Efetivo da Universidade Federal de Roraima e por 02 (dois) representantes dos alunos regulares e de seus respectivos suplentes escolhidos por seus pares, com mandato de 01 (um) ano, sem recondução.

Art. 4º São atribuições do Colegiado de Pós-Graduação do PPGSOF:

- I - eleger o Coordenador e o Vice coordenador nos termos da legislação em vigor e do Regimento do PPGSOF;
- II - elaborar o Regimento do Programa e suas respectivas alterações, para posterior homologação pelas instâncias superiores;
- III - estabelecer as diretrizes gerais do Programa;
- IV- aprovar o Projeto Político Pedagógico do curso;
- V - aprovar projetos e atividades do PPGSOF;
- VI - pronunciar-se, sempre que convocado, sobre matéria de interesse do Programa de Pós-Graduação;
- VII - apreciar e julgar os recursos interpostos de decisões do Coordenador e da Comissão de Pós-Graduação;
- VIII - deliberar sobre credenciamento, descredenciamento e credenciamento de docentes do Programa;
- IX - eleger a Comissão de Bolsas nos termos da legislação em vigor e do Regimento do Programa;



- X - deliberar sobre prestação de contas dos recursos do programa;
- XI - indicar representantes do PPGSOF ao CEPE;
- XII - definir diretrizes para a constituição de comissões examinadoras de teses e dissertações, respeitada a regulamentação geral da Universidade;
- XIII - deliberar sobre critérios de seleção e número de vagas a serem oferecidas pelo PPGSOF;
- XIV - aprovar comissão do processo seletivo de alunos no PPGSOF;
- XV- designar comissões especiais para auxiliar os trabalhos referentes ao funcionamento do programa;
- XVI – aprovar os planos de estudo e pesquisa dos pós-graduandos, nos termos do Regimento do Programa, podendo o colegiado delegar a Comissão de Pós-Graduação esta atribuição;
- XVII – homologar as orientações acadêmicas, podendo o Colegiado delegar essa atribuição à Comissão de Pós-Graduação;
- XVIII – indicar, juntamente com o orientador, a banca examinadora de qualificação e defesa de dissertação, podendo o Colegiado delegar essa atribuição à Comissão de Pós-Graduação.
- XIX – deliberar a respeito da exclusão de discente do Programa, por motivos acadêmicos e/ou disciplinares.

Art. 5º O Colegiado do Programa de Pós-Graduação reunir-se-á sempre que convocado pelo Coordenador do Programa ou por solicitação de 1/3 (um terço) dos seus membros, e deliberará por maioria simples, presente a maioria absoluta dos seus membros.

Parágrafo Único – Transcorrido 30 (trinta) minutos da primeira convocação da reunião, o colegiado deliberará com o número de presentes.

Seção II

Da Comissão de Pós-Graduação

Art. 6º A Comissão de Pós-Graduação será constituída pelo Coordenador, seu presidente, pelo Vice coordenador, pelos representantes das linhas de pesquisa, e por um representante do corpo discente com suplente, eleito pelos pares.

§ 1º Os mandatos dos membros docentes da Comissão de Pós-Graduação, do Coordenador e do Vice coordenador serão de 02 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.

§ 2º O mandato do representante discente será de 01 (um) ano.



Art. 7º São atribuições da Comissão de Pós-Graduação do PPGSOF:

- I - propor modificações no Regimento ao Colegiado do Curso;
- II- discutir propostas de credenciamento e descredenciamento de docentes e encaminhar ao Colegiado do Programa
- III - analisar solicitação de coorientação, mediante a aprovação do orientador;
- IV - elaborar, juntamente com a coordenação, proposta de orçamento do Programa;
- V - avaliar o Programa, periódica e sistematicamente, em consonância com a Coordenação e o Colegiado do Programa de Pós-Graduação;
- VI – analisar, em primeira instância, pedidos de designação e mudança de orientador e/ou coorientador;
- VII - analisar, em primeira instância, os processos de transferência e seleção de alunos, aproveitamento e revalidação de créditos obtidos em outros cursos de pós-graduação “*stricto sensu*”, dispensa de disciplinas, trancamento de matrícula, readmissão e assuntos correlatos.
- VIII – estabelecer o local, período e horário de oferta de disciplinas para cada semestre.

Seção III

Da Coordenação do PPGSOF

Art. 8º O Coordenador e o Vice coordenador serão escolhidos entre os membros docentes permanentes do Colegiado do Programa de Pós-Graduação, em reunião convocada exclusivamente para esse fim com eleição por voto secreto realizada por este Colegiado, e designados por portaria expedida pelo reitor para cumprir mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma vez.

Art. 9º São atribuições do Coordenador:

- I - convocar e presidir o Colegiado e a Comissão de Pós-graduação do PPGSOF;
- II - dirigir e coordenar todas as atividades do Programa sob sua responsabilidade;
- III - elaborar o projeto de orçamento do Programa segundo diretrizes e normas dos órgãos superiores da Universidade e dos órgãos financiadores;
- IV - praticar atos de sua competência ou competência superior mediante delegação;
- V - elaborar a lista de oferta de disciplinas a cada período;
- VI - representar o Programa interna e externamente à Universidade nas situações que digam respeito a suas competências;
- VII - articular-se com a Comissão de pós-graduação para acompanhamento, execução e avaliação das atividades do Programa;



Art. 10. São atribuições do Vice coordenador:

- I - coordenar as atividades da competência do Coordenador na ausência deste;
- II - coordenar, prioritariamente, as atividades pedagógicas do programa;
- III - representar o Programa na ausência do Coordenador;
- IV - compartilhar com o Coordenador do Programa as atividades planejadas coletivamente.

Art. 11. São atribuições dos Representantes das Linhas de Pesquisa:

- I - incentivar as produções acadêmicas no âmbito dos grupos de pesquisa que fazem parte da linha de pesquisa do PPGSOF;
- II - articular a criação e consolidação dos Grupos de Pesquisa vinculados as linhas de pesquisa;
- III - estimular ações pedagógicas como realização de seminários, oficinas, grupos de estudo sobre temáticas relacionadas a linha de pesquisa;
- IV - apresentar anualmente a coordenação do curso relatórios das atividades desenvolvidas nas linhas de pesquisa.
- V - participar da Comissão de Pós-Graduação.

Seção IV

Da Representação Discente

Art. 12. São atribuições dos representantes discentes:

- I - participar nas instâncias de deliberação para as quais foram eleitos;
- II - representar o corpo discente em todas as questões pertinentes ao bom funcionamento do Programa;
- III - convocar o corpo discente para reuniões internas;
- IV - representar os alunos em atividades de natureza acadêmica.

Seção V

Da Comissão de Bolsas

Art. 13. A Comissão de Bolsas do Programa de Pós-Graduação será composta pelo Coordenador do Programa, por 01 (um) representante docente, eleito para mandato de 02 (dois) anos e 01 (um) representante discente, eleito para mandato de 01 (um) ano, sendo permitida uma recondução, em ambos os casos.



Art. 14. Caberá à Comissão de Bolsas:

- I - observar as normas do Programa e zelar pelo seu cumprimento;
- II – examinar, à luz dos critérios estabelecidos, as solicitações dos candidatos à bolsa;
- III - selecionar os candidatos às bolsas do Programa mediante critérios que associem condição social e classificação na seleção, comunicando à Pró-Reitoria ou à Unidade equivalente os critérios adotados e os dados individuais dos alunos selecionados;
- IV - manter um sistema de acompanhamento do desempenho acadêmico dos bolsistas e do cumprimento das diferentes fases previstas no Programa de Estudos, apto a fornecer a qualquer momento um diagnóstico do estágio do desenvolvimento do trabalho dos bolsistas em relação à duração das bolsas, para verificação pela IES ou pela CAPES;
- V - manter arquivo atualizado, com informações administrativas individuais dos bolsistas, permanentemente disponível para a CAPES.

Seção VI Da Secretaria

Art. 15. À Secretaria, órgão executivo dos serviços administrativos, dirigida por um (a) Secretário (a), compete:

- I - manter em dia os assentamentos de todo pessoal docente, discente e administrativo;
- II - informar e processar todos os requerimentos de estudantes matriculados e de candidatos à matrícula;
- III - registrar frequência, conceitos e créditos obtidos pelos alunos, para fins de atestados, certificados e diplomas;
- IV - efetuar a inscrição dos candidatos à seleção e efetuar as matrículas dos alunos do Programa;
- V - distribuir e arquivar todos os documentos relativos à atividade didática e administrativa;
- VI - coletar os elementos e preparar as prestações de contas e relatórios, juntamente com o coordenador;
- VII - secretariar as reuniões da Comissão de Pós-Graduação e do Colegiado, mantendo registro de suas decisões, pareceres e resoluções;
- VIII - organizar e manter atualizada a legislação que regulamenta os Cursos de Pós-Graduação.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO



Art. 16. O Curso de Mestrado em Sociedade e Fronteiras deverá ser cursado no prazo mínimo de 12 (doze) e no máximo de 24 (vinte e quatro) meses, compreendendo 46 (quarenta e seis) créditos (690 horas), mais 90 (noventa) horas de atividades complementares, totalizando 780 (setecentas e oitenta) horas, a serem cursados em 4 (quatro) semestres, da seguinte forma:

§ 1º O aluno deverá obter um total de 46 (quarenta e seis) créditos, sendo assim distribuídos: 22 (vinte e dois) créditos em disciplinas obrigatórias; 08 (oito) em disciplinas eletivas e 16 (dezesseis) créditos com a defesa da Dissertação. O estudante ainda deve validar 90 horas em atividades complementares.

§ 2º É requisito para a defesa da dissertação a submissão de um artigo, em coautoria com o orientador, em periódico indexado no Qualis/CAPES.

§ 3º O aluno poderá realizar até 04 (quatro) dos 08 (oito) créditos eletivos em outros cursos de mestrado da UFRR ou em outra instituição de ensino superior desde que a solicitação seja referendada pelo orientador.

Art. 17. Poderá ser autorizado excepcionalmente, pela Comissão de Pós-Graduação, o trancamento de disciplinas dentre aquelas ofertadas no semestre, desde que requerido pelo aluno no prazo estabelecido pelo calendário universitário.

Parágrafo único. O aluno somente poderá efetuar um trancamento para cada disciplina.

Seção I

Da Orientação

Art. 18. Cada aluno regular do Mestrado terá 01 (um) professor orientador credenciado.

§ 1º É facultada a mudança de orientação mediante solicitação por escrito do orientador ou do orientado à Coordenação do PPGSOF, desde que homologada pela Comissão de Pós-Graduação do Programa, no máximo até o final do terceiro semestre.

§ 2º Cada professor orientador terá no máximo 05 (cinco) orientandos. Em caso de excepcionalidade este número poderá ser ampliado mediante aprovação do Colegiado do PPGSOF desde que não ultrapasse o número de 08 (oito) orientandos na Pós-graduação previstos em resoluções da CAPES.



Art. 19. O aluno poderá ter, além do orientador titular, um coorientador.

§ 1º A indicação de um coorientador deverá ser aprovada pela Comissão de Pós-Graduação mediante solicitação circunstanciada do orientador.

§ 2º O professor coorientador deverá ser aprovado pela Comissão de Pós-Graduação do PPGSOF.

§ 3º O coorientador não substituirá de forma automática o orientador em suas funções regimentais específicas.

Art. 20. São atribuições do orientador:

I - acompanhar o desenvolvimento do trabalho teórico e de pesquisa, reunindo-se regularmente com o aluno e orientando os trabalhos de pesquisa;

II – supervisionar e validar o plano de estudo do discente;

III – indicar, quando necessário, um coorientador;

IV – aprovar o requerimento de renovação de matrícula, bem como os pedidos de substituição, cancelamento e inscrição em disciplinas e de trancamento de matrícula;

V – prestar assistência ao discente, em relação aos processos e normas acadêmicas em vigor;

VI - aprovar o relatório semestral do orientando, com um parecer consubstanciado.

VII – informar à Comissão de Pós-Graduação, ao final de cada semestre, sobre o andamento do trabalho do aluno, por meio de relatório;

VIII – requerer à Comissão de Pós-Graduação, juntamente com o candidato, a constituição da Banca Examinadora de Dissertação e a fixação da data de defesa;

IX – presidir a Banca de Defesa de Dissertação ou de Exame de Qualificação.

Seção II

Do Exame de Qualificação

Art. 21. O exame de qualificação, realizado mediante solicitação do orientador à Coordenação do Programa, ocorrerá até o final do 12º (décimo segundo) mês do ingresso do aluno ao Programa.

§. 1º O exame de qualificação de mestrado constará da defesa, perante uma banca composta por 03 (três) membros portadores do título de doutor, presidida pelo Orientador, formada por



professores de áreas distintas e, destes, ao menos 01 (um) externo ao Programa, do projeto de dissertação bem como de um sumário comentado de sua dissertação constando da estrutura da dissertação por capítulos, com ênfase na descrição do conteúdo, objetivos e fontes.

§. 2º A data da qualificação deverá obedecer ao prazo mínimo de 20 (vinte) dias a contar da data do depósito do projeto à Coordenação do Programa.

Art. 22. Ao final do exame, o aluno será considerado aprovado ou não aprovado, não sendo atribuído conceito.

§ 1º Será considerado aprovado o discente que obtiver a indicação positiva pela maioria da banca examinadora.

§ 2º O aluno não aprovado poderá submeter-se a novo exame de qualificação no prazo máximo de 06 (seis) meses. A nova oportunidade de realizar o exame de qualificação será concedida uma única vez.

Seção III Da Dissertação

Art. 23. Após cumprir todos os requisitos do Programa para obter o título de Mestre em Sociedade e Fronteiras o aluno deverá apresentar e defender a dissertação de mestrado.

Art. 24. A dissertação de mestrado será apresentada para defesa e julgamento no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da sua primeira matrícula.

§ 1º Excepcionalmente, perante a apresentação de razões amplamente justificadas, da apresentação de dois capítulos da dissertação, de um cronograma que claramente indique a viabilidade de conclusão pelo aluno e de um parecer por escrito do orientador, o prazo poderá ser estendido por até 06 (seis) meses. Esgotado o prazo, sem que tenha sido apresentada ou aprovada sua dissertação, o aluno será desligado do programa.

§ 2º Dentro do prazo estipulado no *caput* deste artigo, o orientador deverá encaminhar 04 (quatro) cópias da dissertação de mestrado à Coordenação do Programa.

§ 3º A banca examinadora será constituída de 03 (três) membros, portadores do título de doutor,



para Dissertação de Mestrado, cabendo a presidência ao Orientador. Dentre os membros 01 (um) deverá ser obrigatoriamente externo ao Programa e preferencialmente a UFRR.

§ 4º A data da defesa da dissertação deverá obedecer ao prazo mínimo de 20 (vinte) dias a contar da data do depósito da dissertação à Coordenação do Programa.

§ 5º Será aprovado o candidato que obtiver aprovação unânime dos membros da banca.

§ 6º O resultado do processo de formação do discente, que inclui o cumprimento de todas as exigências do Programa, bem como o resultado final da defesa, deverá ser comunicado a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, em formulário próprio, até 10 (dez) dias após sua realização.

Art. 25. A defesa da dissertação far-se-á em sessão pública, arguindo os examinadores e respondendo o aluno pelo tempo que a banca julgar conveniente.

§ 1º A Banca Examinadora poderá ser composta por membros portadores de título de Notório Saber pela Universidade Federal de Roraima ou qualquer instituição de ensino superior.

§ 2º Cada examinador expressará o seu julgamento mediante a menção: - Aprovado; - Aprovado com correção; - Não aprovado.

§ 3º Em caso de aprovado com correção, o aluno deverá fazer as correções no prazo de até 60 (sessenta) dias com termo de responsabilidade do orientador e aval do orientando a contar da data da defesa da dissertação, cabendo ao orientador a responsabilidade de comunicar à Coordenação do Programa sobre o cumprimento das exigências feitas pela banca.

§ 4º A expedição e registro do diploma de mestrado, ficarão condicionados à aprovação das alterações mencionadas no parágrafo anterior, bem como à entrega de 02 (duas) cópias definitivas da dissertação em capa dura de cor preta e duas cópias digitalizadas em formato PDF à Coordenação do Programa no prazo de até 60 (sessenta) dias após a data da defesa.

§ 5º Antes do término dos 60 (sessenta) dias o discente poderá solicitar prorrogação de prazo, junto à Comissão de Pós-graduação do PPGSOF, não podendo ultrapassar 120 (cento e vinte) dias no total. Podendo após esse período, ter extinto o seu direito ao título.



§ 6º Em caso de reprovação, o aluno poderá apresentar nova dissertação até no prazo improrrogável de 06 (seis) meses e será submetido à avaliação, preferencialmente, da mesma banca examinadora.

§ 7º Na impossibilidade da participação do orientador e do coorientador, caberá a Coordenação do PPGSOF designar um professor do programa para assumir a Presidência da Banca.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

Seção I Da Seleção, Admissão e Reingresso

Art. 26. A admissão de alunos no curso de mestrado será feita por Comissão de Seleção designada pelo Colegiado do PPGSOF, com normas definidas em edital, demais normas pertinentes, além das seguintes:

- I - ser diplomado ou possuir certificado de conclusão de graduação, devidamente reconhecido pelo MEC;
- II - ser selecionado dentro do número de vagas conforme condições estipuladas em edital;

Art. 27. Os processos seletivos serão abertos e tornados públicos mediante edital de seleção previamente aprovado pelo Colegiado do Programa, a ser publicado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do início do prazo de inscrições.

§ 1º Os requisitos para inscrição no processo de seleção obedecerão ao disposto no Capítulo IV, Artigo 18 do Regimento da Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFRR.

§ 2º O Edital de Seleção poderá prever, ainda, outros procedimentos para o processo de seleção, conforme deliberação da Comissão de Seleção e aprovação do Colegiado do PPGSOF.

Art. 28. A Comissão de Seleção será composta por professores doutores designados pelo colegiado do curso, contemplando representantes das linhas de pesquisa.

Parágrafo único. A Comissão de Seleção deliberará sobre os procedimentos e encaminhamentos a serem adotados na seleção.



Art. 29. A seleção para o Curso de Mestrado constitui-se da Análise de Anteprojeto de Pesquisa e Prova de conhecimentos e exame de língua estrangeira (Espanhola, Francesa, Inglesa). Poderá contar ainda com: Defesa de Memorial, Entrevista, Avaliação do *Curriculum Vitae*.

Art. 30. Do resultado da seleção só serão cabíveis recursos à Comissão de Seleção a vício de forma.

Seção II

Da Matrícula, Trancamento e Desligamento do Aluno Regular e Especial

Art. 31. O aluno deverá renovar a matrícula a cada semestre. A não renovação caracterizará abandono, que levará ao desligamento do aluno.

Art. 32. O abandono por 01 (um) período letivo regular acarretará desligamento definitivo do aluno sem direito à readmissão.

§ 1º Os alunos que tiverem sido desligados em definitivo, nos termos deste artigo, só poderão reingressar no PPGSOF mediante Exame de Seleção.

§ 2º Não poderá ser admitido, para o mesmo nível de Programa de Pós-Graduação, por período de 01 (um) ano, o candidato que tenha sido desligado de qualquer Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Roraima por abandono, por questões disciplinares ou por decurso de prazo.

Art. 33. Para efeitos de revalidação dos créditos realizados no PPGSOF, serão considerados o prazo de até 10 (dez) semestres anteriores e o máximo de 60% (sessenta por cento) dos créditos das disciplinas cursadas.

Parágrafo único. A Comissão de Pós-Graduação poderá, considerando a pertinência e adequação dos conteúdos programáticos, conceder revalidação para créditos realizados fora deste prazo.

Art. 34. São alunos especiais em disciplinas isoladas de pós-graduação os que nelas tenham ingressado sem cumprir as exigências estabelecidas para admissão regular nos cursos.

§ 1º A matrícula de aluno especial só poderá ser feita após o cumprimento das seguintes etapas:

I - participação em edital de seleção específico para aluno especial;



- II - aprovação no edital de seleção, ouvido o professor da disciplina;
- III - registro da Diretoria de Administração Acadêmica - DERCA, mediante formulário enviado pelo Curso;
- IV - solicitação de matrícula, em formulário próprio, ao qual o candidato anexará o seu diploma de curso superior e *curriculum vitae* e a documentação exigida pela PRPPG.

§ 2º Ao aluno especial será permitido cursar somente 02 (duas) disciplinas na Instituição pelo máximo de 02 (dois) períodos letivos.

§ 3º O aluno especial poderá passar à condição de aluno regular, desde que atenda todas as exigências de inscrição e admissão estabelecidas para seleção de alunos regulares.

§ 4º O aluno especial que passar à condição de regular poderá solicitar o aproveitamento dos créditos.

Art. 35. O Trancamento Geral de Matrícula só poderá ocorrer por motivo justificado e nos casos em que fique comprovado o impedimento involuntário do aluno para exercer suas atividades acadêmicas e mediante autorização do orientador.

§ 1º O Trancamento Geral de Matrícula não poderá ser concedido por mais de um período letivo durante a permanência do aluno no curso de mestrado.

§ 2º O discente não poderá trancar sua primeira matrícula.

Art. 36. O Trancamento de Matrícula em disciplina deverá ser autorizado pelo coordenador do PPGSOF, ouvido o orientador do aluno.

Art. 37. O aluno será desligado do PPGSOF nas seguintes situações:

- I - após duas reprovações em disciplinas do curso;
- II - se não efetivar matrícula findo o trancamento previsto nos artigo 35;
- III - se for reprovado (a) em segunda instancia na defesa de dissertação;
- IV - se ultrapassar o prazo máximo de permanência no curso;



Seção III

Da Titulação

Art. 38 - Para obter o título de Mestre em Sociedade e Fronteiras, o aluno terá de cumprir os requisitos didáticos e acadêmicos previstos e ter aprovada a dissertação de mestrado.

§ 1º A documentação do titulado deverá ser encaminhada à Diretoria de Pós-Graduação da PRPPG, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

§ 2º O Diploma será o documento emitido para comprovação do título.

Seção IV

Da Verificação de Rendimento de Ensino

Art. 39. A avaliação do desempenho acadêmico dos alunos obedecerá ao sistema de créditos do PPGSOF sendo que 01 (um) crédito equivale a 15 (quinze) horas de preleção, 30 (trinta) horas de aula prática ou 60 (sessenta) horas de estágio, em consonância com a Resolução 010/2016-CEPE, Título II, Capítulo VI.

Art. 40. O sistema de avaliação na disciplina será o da nota-conceito expressa por letra, obtida a seguinte equivalência de rendimento qualitativo:

Notas-conceitos	Símbolos	Rendimento Porcentual	Intervalo de Notas
Excelente	A	De 90% a 100%	De 9,0 a 10,0
Bom	B	De 80% a 89%	De 8,0 a 8,9
Regular	C	De 70% a 79%	De 7,0 a 7,9
Reprovado	R	Abaixo de 70%	Abaixo de 7,0
Cancelamento de inscrição em disciplina	J		
Trancamento de matrícula	K		
Satisfatório	S		
Não-Satisfatório	N		
Em andamento	Q		



Art. 41. As exigências que não conferem crédito ou não integralizam créditos serão avaliadas por meio dos seguintes conceitos:

- I - S - Satisfatório; e
- II - N – Não-Satisfatório

Art. 42. Ao término de cada período letivo, será calculado o coeficiente de rendimento a partir da soma do número de créditos de cada disciplina, multiplicado pelos valores 3, 2, 1 e 0, atribuídos aos conceitos A, B, C e R, respectivamente, e dividido pelo número total de créditos das respectivas disciplinas.

§ 1º Para cálculo do coeficiente de rendimento acumulado, o valor será representado com uma casa decimal, sendo arredondada para o algarismo imediatamente superior, caso a segunda casa decimal seja igual ou superior a cinco.

§ 2º O coeficiente de rendimento é o resultado da divisão da soma dos pontos obtidos pela soma dos créditos das disciplinas cursadas em cada período e às quais tenham sido aplicados conceitos A, B, C ou R.

§ 3º O coeficiente de rendimento acumulado é obtido em relação a todos os períodos cursados.

Art. 43. Será desligado do Programa o discente que se enquadrar em uma ou mais situações especificadas a seguir, exceto nos casos em que ele se matricular apenas em disciplinas que não entram no cômputo do coeficiente de rendimento:

- I - obtiver, em seu primeiro período letivo, coeficiente de rendimento inferior a um e três décimos;
- II - obtiver, no seu segundo período letivo, coeficiente de rendimento acumulado inferior a um e sete décimos;
- III - obtiver, no seu segundo período letivo, coeficiente de rendimento acumulado inferior a dois, tendo contemplado o número mínimo de créditos exigidos pelo Programa;
- IV - obtiver, no seu terceiro período letivo e nos subsequentes, coeficiente de rendimento acumulado inferior a dois;
- V - obtiver o conceito R (reprovação) duas vezes na mesma disciplina ou em disciplinas distintas, exceto no caso das disciplinas específicas para cumprimento das exigências de língua estrangeira;
- VI - obtiver duas notas conceitos N (Não-Satisfatório), consecutivas ou não;
- VII - não completar todos os requisitos do Programa no prazo estabelecido; e,



VIII - não atender as demais exigências desse Regimento.

Art. 44. Será reprovado o aluno que tiver frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária prevista para cada disciplina e/ou não obtiver, no mínimo, a nota-conceito C.

§ 1º Os professores deverão consolidar as avaliações das disciplinas no prazo estipulado pelo calendário universitário.

§ 2º Quando uma disciplina for ministrada em módulos e forem atribuídas várias notas, a nota final será a média.

Seção V

Do Aproveitamento de Disciplinas

Art. 45. É facultado ao aluno de Mestrado o aproveitamento, a critério da Comissão de Pós-Graduação, de disciplinas anteriormente cursadas com aprovação em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, no Brasil e no exterior, até o limite de 30% (trinta por cento) do total de créditos exigidos.

§ 1º O aproveitamento de estudos realizar-se-á mediante análise da equivalência de conteúdo e carga horária das disciplinas do curso em que o aluno está registrado, sendo concedido crédito na disciplina equivalente no PPGSOF.

§ 2º Poderão ser aproveitados, até o limite fixado, créditos de disciplinas de pós-graduação *stricto sensu* cursadas concomitantemente em instituições brasileiras ou estrangeiras, mediante solicitação aprovada pelo Colegiado de Pós-Graduação, na qual fique demonstrada a contribuição da disciplina para o programa de estudos do aluno.

§ 3º No caso de as disciplinas terem sido cursadas até 05 (cinco) anos anteriores, a Comissão de Pós-Graduação avaliará o aproveitamento dos estudos à vista de parecer circunstanciado do orientador, no qual fique clara a relevância e atualidade dos conteúdos anteriormente estudados.

§ 4º O histórico apresentado pelas disciplinas cursadas no exterior deve estar traduzido para o português.

Art. 46. Os alunos do Programa poderão optar por realizar 01 (um) período de estudo em situação de intercâmbio internacional ou mobilidade nacional, desde que com a anuência do orientador.



Nesses casos serão revalidados todos os créditos realizados na instituição externa como créditos eletivos.

CAPÍTULO V DOS DOCENTES

Art. 47. O Programa será constituído por docentes com atribuições de realizar pesquisas, orientar alunos e de ministrar disciplinas.

Art. 48. Os docentes deverão ter o título de Doutor ou equivalente, dedicarem-se à pesquisa, ter produção científica continuada e relevante e serem aprovados pela Comissão de Pós-Graduação, para posterior homologação pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação, devendo atender aos seguintes critérios para pertencerem ao Programa:

- I - desenvolver atividades de ensino regularmente no Programa;
- II - orientar regularmente alunos do Programa;
- III - participar de projeto de pesquisa, com produção regular expressa por meio de publicações;
- IV - participar das atividades do Programa;
- V - ter produção acadêmica que contemple livros e/ou publicações em periódicos, preferencialmente nos estratos superiores do Qualis/CAPES na área interdisciplinar e/ou com recorte temático diretamente vinculado à área de concentração do Programa.
- VI - submeter, em coautoria com seus respectivos orientandos, artigos para periódicos *qualisados*.

Parágrafo único. O Colegiado do Curso comunicará o credenciamento dos docentes à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Art. 49. O Programa poderá cadastrar docentes e/ou pesquisadores de outras instituições, desde que portadores do título de doutor e que não implique em vínculo empregatício ou de qualquer natureza com a UFRR, nem acarretar responsabilidade por parte desta, conforme Parágrafo Único do Artigo 94 da Resolução 010/2016-CEPE.

Art. 50. As disciplinas ofertadas serão ministradas pelos professores do Programa. Excepcionalmente professores não credenciados poderão ministrar disciplinas desde que justifique a relevância para o Programa e seja aprovada pela Comissão de Pós-Graduação.



Art. 51. Os docentes vinculados ao PPGSOF serão classificados em *Docentes Permanentes*, *Docentes Colaboradores* e *Docentes Visitantes*, conforme definido nos parágrafos seguintes:

§ 1º Integram a categoria de *Docentes Permanentes* os docentes que atendam a todos os seguintes pré-requisitos:

- I – desenvolvam atividades de ensino regularmente na graduação e/ou na pós-graduação;
- II – participem de projeto de pesquisa, com produção regular expressa por meio de publicações;
- III – orientem regularmente alunos do Programa;
- IV – desenvolvam atividades de extensão;
- V – mantenham vínculo funcional com a UFRR, ou, em caráter excepcional, consideradas as especificidades do programa, se enquadrem em uma das seguintes condições especiais:
 - a) recebam bolsa de fixação de docentes ou pesquisadores de agências federais ou estaduais de fomento;
 - b) na qualidade de professor ou pesquisador aposentado, tenham firmado com a instituição termo de compromisso de participação como docente do programa;
 - c) tenham sido cedidos, por convênio formal, para atuar como docente do programa;
- VI – mantenham regime de dedicação exclusiva à UFRR.

§ 2º Integram a categoria de *Docentes Visitantes* os docentes ou pesquisadores com vínculo funcional com outras instituições que sejam liberados das atividades correspondentes a tal vínculo para colaborarem, por um período contínuo de tempo e em regime de dedicação integral, em projeto de pesquisa e/ou atividades de ensino no programa, permitindo-se que atuem como orientadores e em atividades de extensão.

I - Enquadram-se como visitantes os docentes que atendam ao estabelecido no *caput* deste artigo e tenham sua atuação no Programa viabilizada por contrato de trabalho por tempo determinado com a instituição ou por bolsa concedida para esse fim, por essa instituição ou por agência de fomento.

§ 3º Integram a categoria de *Docentes Colaboradores* os demais membros do corpo docente do Programa que não atendam a todos os requisitos para serem classificados como docentes permanentes ou como visitantes, mas participem de forma sistemática do desenvolvimento de projetos de pesquisa ou atividades de ensino independentemente do fato de possuírem ou não vínculo com a instituição.

I - O desempenho de atividades esporádicas como conferencista, membro de banca de exame ou coautor de trabalhos não caracteriza um profissional como integrante do corpo docente do programa, não podendo, pois, os mesmos serem enquadrados como *docentes colaboradores*.



Art. 52. O enquadramento dos docentes nas categorias de Docente Permanente, Docente Visitante ou Docente Colaborador deverá ser submetido pela Comissão de Pós-Graduação do Programa à apreciação do Colegiado do PPGSOF.

Art. 53. O credenciamento de docente permanente, docente colaborador ou docente visitante terá validade de até 4 (quatro) anos, podendo ser renovado mediante proposta da Comissão de Pós-Graduação, homologada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação.

Parágrafo único. Caso o docente não seja recredenciado como orientador, ele deverá concluir as orientações em andamento.

TÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 54. Ao corpo discente desse Programa se aplica o regime disciplinar previsto na Seção III do Regimento Geral da UFRR.

Art. 55. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do PPGSOF.

Art. 56. O presente Regimento entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.